

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

**Identificação de Diretrizes para Elaboração de Política
de Acesso Aberto aos Conteúdos Educacionais
Disponibilizados em Repositórios Digitais no Contexto
da Educação a Distância**

Dissertação de Mestrado

Kamilla Vinha Carlos de Godoy

São Carlos – SP
2015

KAMILLA VINHA CARLOS DE GODOY

**Identificação de Diretrizes para Elaboração de Política
de Acesso Aberto aos Conteúdos Educacionais
Disponibilizados em Repositórios Digitais no Contexto
da Educação a Distância**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ferrari Júnior

São Carlos – SP
2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G589id

Godoy, Kamilla Vinha Carlos de.

Identificação de diretrizes para elaboração de política de acesso aberto aos conteúdos educacionais disponibilizados em repositórios digitais no contexto da educação a distância / Kamilla Vinha Carlos de Godoy. -- São Carlos : UFSCar, 2015.

99 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Comunicação na ciência. 2. Políticas de acesso aberto. 3. Repositórios institucionais. 4. Objeto de aprendizagem. 5. Educação a distância. I. Título.

CDD: 302.2 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Kamilla Vinha Carlos de Godoy, realizada em 23/02/2015:

Prof. Dr. Roberto Ferrari Junior
UFSCar

Prof. Dr. Wesley Peron Seno
UNICEP

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso
UFSCar

*Dedico este trabalho ao meu marido Arthur pelo carinho e compreensão e
Aos meus pais que sempre me apoiaram e confiaram em mim.
Dedico também a minha avó Terezinha pela força e compreensão (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade, pela força para concluir este trabalho e por sempre iluminar meu caminho.

Agradeço ao orientador Professor Dr. Roberto Ferrari Júnior pela confiança e grande auxílio para a concretização desse trabalho.

Agradeço a Professora Dra. Luciana de Souza Gracioso, pela amizade e sugestões valiosas para o andamento da pesquisa.

Agradeço ao Professor Dr. Daniel Mill pela objetividade e pelas contribuições que também nortearam a elaboração desse trabalho.

Agradeço ao Professor Wesley Peron Seno pelas sugestões que contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Agradeço aos profissionais da instituição participante por contribuírem com esse trabalho, enriquecendo a pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo auxílio nas questões acadêmicas do curso de mestrado.

Agradeço aos amigos do curso, por toda a aprendizagem, colaborações e bons momentos.

Agradeço a CAPES por viabilizar o auxílio financeiro pela bolsa acadêmica de mestrado.

Agradeço ao suporte técnico do software Start, que me atendeu prontamente quando mais precisei.

Agradeço ao meu marido Arthur pelo amor e constante atenção e compreensão que me ajudou a concluir este trabalho.

Agradeço a minha família por sempre me incentivar a continuar nessa jornada.

Meu muito obrigada a todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, a concluir mais essa etapa da minha vida.

*Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas
o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.
Madre Teresa de Calcutá*

RESUMO

Os repositórios digitais de EaD incentivam o aprendizado, pois reúnem e disponibilizam materiais educacionais dos cursos da instituição, facilitando sua recuperação e acesso. Para ampliar esse acesso e possibilitar o uso gratuito desses materiais, é necessário que o repositório digital tenha uma política de acesso aberto adequada, contemplando aspectos como conteúdo, submissão, direitos autorais, divulgação e preservação digital dos materiais. Esta pesquisa tem como objetivo estudar conceitos e experiências, buscando identificar subsídios que contribuam para a elaboração de política de acesso aberto para repositórios digitais de objetos de aprendizagem no contexto da educação a distância. As principais etapas da pesquisa foram a realização de uma revisão sistemática na literatura, análise de conteúdo, e aplicação de questionário junto aos profissionais responsáveis pelo repositório digital do setor de EaD de uma instituição de ensino superior. Em seguida os dados foram sistematizados, e foi proposto um conjunto de oito diretrizes para auxiliar instituições de ensino a elaborar sua política de acesso aberto. Os principais resultados obtidos com esta pesquisa foram as oito diretrizes propostas, organizadas em tópicos de decisão, apresentação de opções em cada decisão, e discussão de suas implicações. As diretrizes propostas dizem respeito aos temas: (1) tipos de materiais depositados no repositório; (2) processo de submissão dos materiais; (3) formas de acesso aos conteúdos; (4) direitos autorais; (5) organização dos materiais no repositório; (6) descarte e atualização dos materiais; (7) estratégias de divulgação e incentivo; e (8) formatos de arquivos que serão suportados no repositório. As diretrizes propostas podem auxiliar instituições a construir sua política de acesso aberto aos repositórios digitais de objetos de aprendizagem, e assim ampliar o compartilhamento do conhecimento produzido para as comunidades interna e externa das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Políticas de acesso aberto. Repositório digital. Objetos de aprendizagem. Educação a distância.

ABSTRACT

The digital repositories of Distance Education encourages a broad learning, because they provide educational materials from the institution's courses, facilitating their recovery and access. To extend such access and allow free use of these materials, it is necessary that the digital repository has a proper open access policy that seeks to encompass aspects like content, submission, copyright, dissemination and digital preservation of materials. This research aims to study concepts and experiences, seeking to identify subsidies that contribute to the development of open access policies for digital repositories of learning objects in the context of Distance Education. The main steps of the research were conducting a systematic literature review, content analysis, and questionnaire to professionals responsible for the digital repository distance education sector of a higher education institution. Then the data were systematized, and proposed a set of eight guidelines to assist educational institutions to develop its own open access policy. The main results of this research were the proposed guidelines, organized into topics decision, display options in every decision, and discussion of its implications. The proposed guidelines relate to the topics: (1) types of materials deposited in the repository; (2) submission process materials; (3) forms of access to content; (4) copyright; (5) organizing the materials in the repository; (6) disposal and updating the materials; (7) dissemination strategies and encouragement of the use; and (8) file formats that are supported in the repository. The proposed guidelines can help institutions to build its own open access policy for digital repositories of learning objects in the context of distance education, and extending the sharing of knowledge produced within that framework for internal and external communities of higher education institutions.

Keywords: Open access policies. Digital repository. Learning objects. Distance education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Palavras-chave da estratégia de busca da revisão sistemática.....	21
Figura 2 – Formulário para auxiliar a extração de dados nos documentos para sistematização da análise de conteúdo.....	23
Figura 3 – Frequência dos tópicos de decisão por documentos.....	54
Figura 4 – Processo de envio dos materiais dos cursos de EaD para o repositório....	55
Figura 5 – Processo de publicação dos materiais pelo gestor do repositório.....	57
Figura 6 – Decisão 1: Conteúdo do repositório.....	62
Figura 7 – Decisão 2: Submissão dos materiais - Responsabilidade do depósito.....	63
Figura 8 – Decisão 2: Submissão dos materiais - Requerimento de autorização do autor.....	64
Figura 9 – Decisão 3: Acesso à informação.....	65
Figura 10 – Decisão 4: Questões legais.....	66
Figura 11 – Decisão 5: Organização dos materiais no repositório.....	67
Figura 12 – Decisão 6: Gerenciamento do repositório - Formas de garantia de qualidade e atualização dos materiais.....	68
Figura 13 – Decisão 6: Gerenciamento do repositório - Descarte e retirada dos materiais.....	69
Figura 14 – Decisão 7: Marketing do repositório.....	70
Figura 15 – Decisão 8: Preservação digital.....	71
Figura 16 – Principais passos para elaboração do documento final da política de acesso aberto para repositório digital (após tomada de decisões).....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Passos para realização da revisão sistemática.....	19
Quadro 2 – Formulário preenchido de acordo com protocolo de revisão sistemática disponível na ferramenta Start.....	22
Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos documentos.....	22
Quadro 4 – Cinco gerações da educação a distância.....	26
Quadro 5 – Texto das principais declarações do acesso livre ao conhecimento.....	31
Quadro 6 – Licenças Creative Commons.....	38
Quadro 7 – Ativos passíveis de proteção do ambiente de repositório digital na EaD..	47
Quadro 8 – Subsídios encontrados pelo método de revisão sistemática e análise de conteúdo para auxiliar na elaboração de políticas de acesso aberto para repositórios institucionais.....	49
Quadro 9 – Decisões encontradas por documento analisado.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos de Pesquisa.....	14
1.2 Relevância da Pesquisa.....	14
1.3 Definição dos Principais Termos da Pesquisa.....	15
1.4 Estrutura do Texto.....	15
2 METODOLOGIA.....	17
2.1 Detalhamento da Aplicação das Fases da Revisão Sistemática.....	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3.1 Educação a Distância.....	25
3.2 Acesso Aberto na Educação a Distância.....	29
3.3 Propriedade Intelectual na Educação a Distância.....	33
3.3.1 Propriedade industrial.....	33
3.3.2 Direitos autorais.....	34
3.3.3 Software.....	40
3.4 Repositórios Institucionais Multidisciplinares de Objetos de Aprendizagem no Brasil.....	42
3.5 Análise Final sobre o Referencial Teórico.....	46
4 RESULTADOS.....	49
4.1 Resultados da Análise de Conteúdo.....	49
4.2 Resultados e Discussão da Pesquisa de Campo.....	54
4.3 Subsídios Identificados com a Realização da Pesquisa.....	62
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA DE CAMPO.....	85
APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DE POLÍTICA DE ACESSO ABERTO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE.....	88
APÊNDICE C: DADOS ESTATÍSTICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	94

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais a informação no formato digital está se tornando um fator comum no cotidiano das pessoas. Naturalmente, essas pessoas querem ter mais acesso às informações digitais, e isso é possibilitado devido aos constantes avanços das tecnologias da informação e comunicação, juntamente com o maior acesso à internet. Com isso, há um aumento da produção e disponibilização das informações digitais, que possibilitam o compartilhamento instantâneo e o acesso remoto das mesmas. O crescimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) permite a inovação nos processos de ensino-aprendizagem, que segundo Kenski (2008, p. 45), “movimentaram a educação e provocaram novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo veiculado”.

O desenvolvimento de cursos na modalidade EaD está diretamente relacionada ao avanço das TIC, fazendo com que o modo de ensinar e aprender fosse se modificando ao longo dos anos, proporcionando oportunidades de aprendizagem. Conseqüentemente, a sociedade também foi se adaptando a essas mudanças, alterando comportamentos e necessidades para se incluírem digitalmente.

Nesse contexto, há uma preocupação maior em organizar essa informação digital disponibilizada, e em como não violar os direitos dos autores desses materiais, principalmente pelos profissionais envolvidos na educação a distância (EaD), já que o processo de criação intelectual ficou mais ágil com o meio digital. Dessa forma, há maior troca de informações e conhecimentos, movidos pelas várias formas de interação possibilitadas pelas TIC, enriquecendo o intercâmbio cultural. Como mostra Gama (2008, p. 34):

[...] a informação é um bem cultural e social, um valor de progresso e cultura e, bem como o conhecimento, enriquece-se mediante intercâmbio. O direito que regulamenta não deve refletir somente os interesses comerciais e de curto prazo, nem assimilá-la de maneira simplista, como bem de consumo, a que reduz a simples objeto comercializável. O direito à informação busca o sutil equilíbrio entre os titulares dos direitos (o benefício da criação e ou do investimento econômico) e os possíveis usuários da informação.

Percebe-se também a importância dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), que juntamente com o surgimento das novas tecnologias de comunicação, influenciam na interação entre os indivíduos e o modo como aprendem, transformado assim o modo como as pessoas se relacionam e transmitem seus conhecimentos, possibilitando a expansão do ensino com o apoio das tecnologias.

Zawacki-Richter et al (2009), em sua revisão de literatura sobre as áreas de EaD

publicadas em artigos de periódicos, obteve três níveis de pesquisa em Educação a Distância: o nível macro trata dos sistemas de educação a distância e suas teorias, abrangendo o acesso, a equidade e a ética; a globalização da educação e seus aspectos culturais; os sistemas de ensino e as instituições; as teorias e os modelos empregados; os métodos de pesquisa em EaD e a transferência do conhecimento. O nível intermediário trata da gestão, organização e as tecnologias disponíveis, abrange os custos e benefícios; a tecnologia educacional; a inovação e mudança; desenvolvimento profissional e apoio do corpo docente; a garantia da qualidade; questões relacionadas à propriedade intelectual. E o nível micro envolve o ensino e a aprendizagem na EaD, tratando do design instrucional; interação e a comunicação em comunidades de aprendizagem; características do aluno.

Essa pesquisa se enquadra no nível macro, na área de acesso, equidade e ética, pois tem como objetivo estudar a política de acesso aberto aos materiais dos cursos de EaD disponibilizados em repositórios digitais. Essa área refere-se à:

[...] democratização do acesso à educação a distância oferecida pelas novas mídias e a diferentes formas de oferecer educação de alta qualidade para aqueles que têm recursos limitados e pouca infraestrutura. Neste tópico sobressaem assuntos como o impacto da educação a distância da brecha digital e o papel das TIC quanto ao acesso à educação (SILVA; BERTONCELLO, 2012, p. 416).

Essa pesquisa fundamenta-se na investigação da literatura científica, por meio da revisão sistemática e análise de conteúdo, sobre as questões relacionadas às políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais produzidos no contexto da EaD e disponibilizados em repositórios digitais. Como também na aplicação de questionário para os profissionais responsáveis pelo repositório digital para educação a distância da instituição participante.

Como breve panorama das temáticas mais pesquisadas sobre EaD, os autores Negra e Silva (2013, p. 8) analisaram o perfil bibliométrico da produção científica da Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância (RBAAD) entre 2002 a 2012. Neste periódico interdisciplinar foram apuradas as seguintes temáticas recorrentes em 108 artigos: Propostas Pedagógicas (22%), Tecnologia da Informação (18%) e Comunicação (18%), descrição de EAD em outros países (10%), Design Instrucional (9%) e assuntos envolvendo discentes e docentes (8%).

Carraro e Rosa (2013, p. 48), em sua pesquisa na base de dados eletrônica Scielo sobre a produção científica sobre a EaD no Brasil em periódicos no período de 2000 a 2010, apontaram, num total de 80 artigos, que o eixo temático que mais se destacou nesta área foi Desenvolvimento, Aplicação e Avaliação de Curso em EAD,

com uma amostra de 26% do total de artigos, seguido de Tecnologia em EAD (20%), Formação de Aluno (18%) e Formação de Professor (15%). Outras temáticas abordadas foram Revisão de Literatura em EAD (11%); Formação de Profissionais em Serviço (8%); Concepção de Professor, Aluno, Tutor e Funcionários (8%); Relato de Experiência (7,5%); Avaliação Diagnóstica da Educação Superior em EaD (2,5%).

As autoras apontam que o interesse na publicação dessas temáticas estejam relacionadas ao interesse cada vez maior dos pesquisadores em aplicar e avaliar cursos devido a EaD estar sendo mais valorizada, mais divulgada e em evidência, nos últimos 10 anos. Percebe-se neste estudo que há um aumento considerável das publicações em EaD no período de 2007 a 2010, quando comparado ao período de 2000 a 2002. Este aumento, segundo as autoras, deve-se ao fato de haver uma maior valorização da EaD, maior implantação de cursos nesta modalidade por causa da criação da Universidade Aberta do Brasil, havendo ampla divulgação.

Em 2009, os autores Litto e Formiga (2009), pesquisaram sobre e-learning no site sobre revisão de literatura sobre EaD (em 2014, o site encontra-se fora do ar), e encontraram 318 registros organizados em 8 tópicos: aspectos pedagógicos (94); aspectos tecnológicos (55); estratégias de e-learning (46); interação homem-computador (37); aspectos culturais (36); afirmação e controle de qualidade (17); desenvolvimento de habilidades e competências por meio do e-learning (16); gestão de sistemas e recursos de e-learning (12).

Zawacki-Richter et al (2009), revisaram os artigos científicos publicados em cinco periódicos importantes na área de EaD. Os periódicos analisados foram: Open Learning, Distance Education, American Journal of Distance Education, Journal of Distance Education, International Review of Research in Open and Distance Learning. Segundo os autores, essa pesquisa demonstrou que a maioria dos artigos analisados estão concentrados nos seguintes temas: interação e comunicação em comunidades de aprendizagem (17,6%); design instrucional (17,4%); e características do aluno (16,3%).

Dessa forma, pode-se considerar que há áreas no campo da EaD que são subexploradas e pouco analisadas, justificando novos trabalhos e pesquisas. Uma dessas áreas pouco exploradas refere-se ao acesso aberto em repositórios de objetos de aprendizagem e em suas políticas. Nesse contexto, esse trabalho pretende buscar respostas às seguintes questões: Como elaborar uma política de acesso aberto aos conteúdos digitais em repositórios para educação a distância? Quais decisões precisam ser tomadas para sua elaboração? Quais são as alternativas que auxiliam sua elaboração? Quais as implicações dessas alternativas?

1.1 Objetivos de Pesquisa

Como objetivo geral, foi proposto para essa pesquisa: estudar conceitos e experiências, buscando identificar subsídios que contribuam para a elaboração de uma política de acesso aberto para repositórios digitais de objetos de aprendizagem no contexto da educação a distância.

Como objetivos específicos, foram propostos:

- Mapear na literatura científica os principais estudos e conceitos já abordados sobre o acesso aberto e suas políticas em repositórios digitais com materiais didáticos para EaD;
- Analisar os estudos encontrados para identificar diretrizes das políticas de acesso aberto para repositórios digitais no contexto da EaD;
- Realizar pesquisa de campo em instituição de ensino superior que ofereça cursos na modalidade EaD, buscando identificar as principais diretrizes utilizadas nessa instituição, referentes à política de acesso aberto;
- Sistematizar os dados e propor um conjunto de diretrizes que auxiliem instituições a construir sua política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem disponibilizados em repositórios digitais no contexto da EaD.

1.2 Relevância da Pesquisa

Os objetos de aprendizagem disponibilizados nos repositórios digitais das instituições com cursos a distância expandem os horizontes do ensino e da pesquisa para o aluno, trazendo maior variedade de opções para os professores em suas aulas, sem restrição de lugar e quantidade disponível. Uma política de acesso aberto a esses materiais pode maximizar a divulgação e o uso dos recursos educacionais, pode assegurar a integridade dos materiais, proteger os direitos dos autores, e incentivar o depósito de conteúdos educacionais produzidos na instituição.

Essa pesquisa pretende contribuir no avanço do conhecimento ao salientar a importância do acesso aberto e ao evidenciar as questões envolvidas para elaboração de uma política de acesso aberto de repositórios de conteúdos digitais produzidos no contexto da EaD.

Os resultados obtidos com essa pesquisa poderão auxiliar instituições a definirem sua política de acesso aberto aos repositórios digitais de objetos de aprendizagem, e assim ampliar o compartilhamento do conhecimento tanto para a comunidade interna e externa das instituições de ensino.

1.3 Definição dos Principais Termos da Pesquisa

Abaixo, segue uma breve definição dos principais termos utilizados nessa pesquisa, a partir do seu contexto:

- a) Subsídios ou Diretrizes: no contexto dessa pesquisa, entende-se subsídios ou diretrizes como orientações abrangentes que podem ser ajustadas às instituições responsáveis por repositórios digitais, especialmente para EaD, podendo ser adequadas ao seu contexto organizacional;
- b) Repositório digital ou Repositório Institucional: Considera-se como um local de armazenamento de objetos digitais, capaz de preservá-los, gerenciá-los e disponibilizá-los para os usuários por meio da internet. Para fins desse trabalho, os repositórios digitais estão no contexto da EaD;
- c) Objetos de Aprendizagem: Nessa pesquisa, são compreendidos como objetos digitais de conteúdo educacional depositados em repositórios digitais para EaD, ou seja, são os materiais digitais utilizados nos cursos EaD da instituição;
- d) Políticas de Acesso Aberto: São compreendidas nessa pesquisa como a aplicação dos subsídios ou diretrizes elencados pela instituição para sua elaboração a partir de sua cultura e estrutura organizacional, sem deixar de oferecer gratuidade de acesso aos materiais depositados no repositório digital para todos os usuários.

1.4 Estrutura do Texto

O capítulo 2 apresenta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, relatando detalhadamente as etapas metodológicas realizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, revisão sistemática, análise de conteúdo e pesquisa de campo. Mostra também o detalhamento da aplicação das fases da revisão sistemática, como planejamento, seleção dos documentos, extração de dados nos documentos e síntese dos documentos encontrados.

No capítulo 3, apresenta-se o referencial teórico, abordando as definições dos temas envolvidos na pesquisa, a saber: educação a distância, acesso aberto, propriedade intelectual e repositórios de recursos educacionais abertos. No tópico da

educação a distância, será relatado um breve histórico de seu desenvolvimento, bem como suas definições, modalidades e tipos de organização. Tratará também sobre os repositórios digitais de acesso aberto que disponibilizam objetos de aprendizagem no contexto da educação a distância no âmbito nacional. Como será abordado o acesso livre aos materiais didáticos produzidos no âmbito da EaD, será abordado também os conceitos de propriedade intelectual, apresentando suas principais divisões, como a propriedade industrial e os direitos autorais, bem como algumas alternativas como o software livre e as licenças Creative Commons (CC).

O capítulo 4 mostra os resultados obtidos pela análise de conteúdo aos documentos obtidos na revisão sistemática, bem como a análise das respostas ao questionário enviado para os profissionais responsáveis pelo repositório digital da instituição participante dessa pesquisa. Nesse capítulo, apresenta-se as decisões para serem tomadas na elaboração de uma política de acesso aberto em repositórios digitais de materiais de aprendizagem no contexto da EaD, como também, os subsídios que auxiliam instituições a definir sua política de acesso aberto para esses repositórios digitais, como opções e implicações de cada tomada de decisão apontada na pesquisa. E no capítulo 5 são apresentadas as conclusões da pesquisa, suas limitações, contribuições e sugestões de tópicos para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

Entende-se que essa pesquisa possui cunho quali-quantitativo, pois tem como aspecto quantitativo o mapeamento dos documentos sobre a temática estudada por meio da revisão sistemática, e o aspecto qualitativo com a aplicação da análise de conteúdo nos documentos selecionados, sendo os subsídios encontrados, complementados por meio de aplicação de questionário. Segundo Duffy (1987, p. 131), a pesquisa quali-quantitativa possibilita:

[...] congregar os dados (métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (métodos qualitativos) [...] [podendo] contemplar um conjunto de fatos e causas associados ao uso de uma metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;

Essa pesquisa consiste em cinco etapas metodológicas, que são:

Etapa 1: Estudar, por meio da pesquisa bibliográfica, os conceitos relacionados ao acesso aberto aos conteúdos educacionais na EaD, como: objetos de aprendizagem, políticas de acesso aberto, propriedade intelectual, repositórios de recursos educacionais abertos e educação a distância.

Etapa 2: Identificar na literatura científica, por meio da revisão sistemática, estudos sobre política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem em repositórios digitais no contexto da EaD.

Etapa 3: Interpretar por meio da análise de conteúdo os documentos obtidos na revisão sistemática para identificar diretrizes de políticas de acesso aberto em repositórios digitais de objetos de aprendizagem para EaD.

Etapa 4: Realizar pesquisa de campo em instituição de ensino superior que ofereça cursos na modalidade EaD, buscando identificar as principais diretrizes utilizadas nessa instituição, referentes à política de acesso aberto.

Etapa 5: Sistematizar os dados, visando reunir um conjunto de orientações que auxiliem instituições a construir sua política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem disponibilizados em repositórios digitais no contexto da EaD.

Resumidamente, tendo em vista essas etapas delineadas para a realização deste trabalho, a **Etapa 1** consiste no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica; a **Etapa 2** na revisão sistemática da literatura científica; a **Etapa 3** na análise de conteúdo; a **Etapa 4** na pesquisa de campo com aplicação de questionário; e a **Etapa 5** na sistematização dos dados obtidos.

Para a **Etapa 1**, será feita uma pesquisa bibliográfica na literatura científica, para obter os estudos relacionados ao tema de pesquisa, que abrange principalmente a educação a distância, acesso aberto e repositórios digitais de objetos de aprendizagem. De acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 55), a pesquisa bibliográfica é realizada para explicar um problema de pesquisa a partir de referenciais teóricos que foram publicados em documentos, com o propósito de conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas existentes sobre esse determinado problema.

Para complementar a Etapa 1, será realizada uma revisão sistemática (RS) na **Etapa 2**, a fim de encontrar documentos com subsídios que auxiliem na elaboração de uma política de acesso aberto para repositórios digitais de objetos de aprendizagem na EaD. Para apoio na aplicação da revisão sistemática dessa pesquisa, é utilizada a ferramenta computacional denominada Start¹ (State of the Art through Review), desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (Lapes) do Departamento de Computação da Universidade Federal de São Carlos. Essa ferramenta oferece suporte ao planejamento, à execução e à análise final de uma revisão sistemática, independentemente do assunto ou área de pesquisa, tornando-a mais ágil, precisa e replicável (MONTEBELO, 2007).

A revisão sistemática é uma:

Forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (SAMPAIO; MANCINI, 2006, p. 84).

Para Kitchenham (2004), a revisão sistemática possui as seguintes etapas: identificação de pesquisa; seleção de estudos; avaliação de estudos relevantes; extração de dados e monitoramento do progresso; e síntese de dados. No quadro 1, a seguir, é mostrada um resumo dos passos desse método de pesquisa:

¹ Disponível em: <http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool>

Quadro 1 – Passos para realização da revisão sistemática

Passo	Objetivos	Etapas	Resumo
Planejamento	Planejar o objetivo central da RS	Identificação da necessidade de uma RS; Criação do protocolo da RS.	Objetivos da RS são definidos; Protocolo da RS é definido e validado.
Execução	Executar as etapas planejadas no passo anterior e coletar material para análise	Identificação da pesquisa; Seleção dos resultados primários; Estudo de avaliação da qualidade.	Identificação de estudos primários; Seleção e avaliação dos estudos primários, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.
Análise dos resultados	Sintetizar os estudos primários que atendem ao propósito da RS	Extração dos dados; Síntese dos dados.	Dados dos artigos são extraídos e sintetizados

Fonte: Montebelo et. al., 2007.

Como visto no quadro 1, a revisão sistemática possui várias fases de execução. Conforme Fabbri et. al. (2013), a **fase de planejamento** compreende a definição do protocolo, uma pesquisa piloto e o projeto de uma versão preliminar do formulário de extração de dados. A **fase de seleção inicial** compreende atividades relacionadas à pré-seleção dos estudos primários, como a customização da sequência de palavras-chave para pesquisa em cada base de dados, verificando a ocorrência de novas palavras-chave. A **fase final de seleção e extração** englobam a adição de algumas novas palavras-chave que podem surgir, como também a revisão do formulário de extração dos dados. Por fim, a **fase de síntese** aborda a análise dos dados extraídos, relatando os resultados.

Para a **Etapa 3** dessa pesquisa, será aplicada a análise de conteúdo nos documentos encontrados na fase de síntese da RS. Segundo Bardin (2007), a análise de conteúdo consiste na pré-análise da bibliografia encontrada (contato inicial com os textos, escolha dos documentos, preparação do material, referenciação dos índices e elaboração de indicadores); exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos documentos. Sendo o processo e análise dos documentos feitas a partir das seguintes fases: Consultar o corpus obtido; tratamento dos resultados obtidos e interpretações; leitura e análise final do material analisado; síntese e seleção dos resultados relevantes; e utilização dos resultados de análise com fins teóricos (VALENTIM, 2005, p. 132). Ainda de acordo com a autora, a análise de conteúdo combina técnicas com características quantitativa e qualitativa para obter mais detalhes

do objeto estudado, possibilitando realizar inferências com mais segurança e obter resultados mais concisos.

Na **Etapa 4** dessa pesquisa, será realizada uma pesquisa de campo que consiste na "observação dos fatos como eles ocorrem na realidade e os dados que coleta, que podem ser obtidos de diferentes formas, através de entrevistas, questionários, consultas, depoimentos e registros de ocorrências de determinados fenômenos" (BARROS, LEHFELD, 2000, p. 90). De acordo com Ciribelli (2003, p. 55) a pesquisa de campo "utiliza suas técnicas específicas com a finalidade de recolher e registrar ordenadamente os dados relativos aos assuntos escolhidos como objeto de estudo". Desse modo, será realizada uma pesquisa de campo junto aos profissionais responsáveis pelo repositório digital para EaD da instituição participante com a finalidade de identificar subsídios que auxiliem na elaboração de política de acesso aberto.

Como forma de obtenção dos dados, será aplicado um questionário para os profissionais responsáveis pelo repositório digital da instituição participante (os nomes não serão publicados nessa pesquisa por motivo de sigilo). O questionário contém 26 questões sobre o conteúdo do repositório, o acesso, a responsabilidade de depósito dos materiais, os aspectos legais e o descarte e a preservação dos materiais, sendo 11 perguntas abertas e 15 fechadas, com o propósito de coletar as características do modelo de política de acesso aberto vigente da instituição a fim de indicar as principais diretrizes para elaborar uma política de acesso aberto de repositórios digitais de objetos de aprendizagem para a EaD.

Para a **Etapa 5**, depois de findo o período de coleta, os dados recebidos serão tabulados e interpretados levando-se em consideração os propósitos desta pesquisa, visando reunir um conjunto de orientações que auxiliem instituições a construir sua política de acesso aberto ao conteúdo dos repositórios digitais no contexto da EaD.

Com a finalização deste trabalho, será obtido um panorama dos aspectos envolvidos com a temática obtida pela pesquisa bibliográfica e revisão sistemática, complementado pela análise de conteúdo e com as informações adquiridas pela pesquisa de campo.

2.1 Detalhamento da Aplicação das Fases da Revisão Sistemática

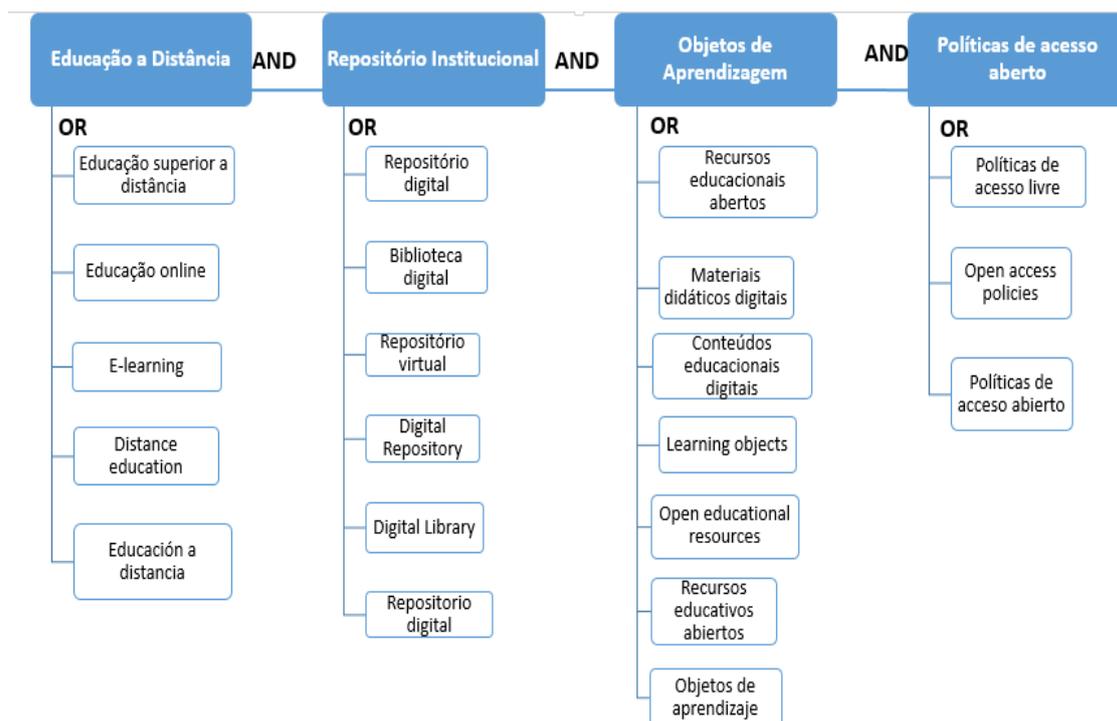
Para a etapa 2 deste trabalho, foi realizada a revisão sistemática (RS) na literatura científica para identificar estudos sobre a política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem em repositórios digitais no contexto da EaD.

A realização da revisão sistemática para esse estudo consistiu nas seguintes

fases: (a) planejamento: definição do protocolo de pesquisa e da estratégia de busca, seleção das bases de dados online; (b) seleção dos documentos: foram elaborados os critérios de inclusão e exclusão para selecionar os documentos relevantes para o estudo; leitura dos resumos dos documentos encontrados, selecionando-os para a próxima fase a partir da aplicação dos critérios; (c) extração: aplicação do formulário de extração de dados nos documentos selecionados na fase anterior; (d) síntese: análise dos documentos encontrados; elaboração dos gráficos. A seguir, são apresentados os detalhes dessas fases da RS:

Na fase de **Planejamento** da RS, foram selecionadas as seguintes bases de dados online: Science Direct, Web of Science, Proquest (LISA, ERIC), Scielo e E-lis. A busca e o cruzamento das palavras-chave nos idiomas português, inglês e espanhol, que foram utilizadas como estratégia de busca da pesquisa é exemplificada na figura 1 a seguir.

Figura 1 – Palavras-chave da estratégia de busca da revisão sistemática



Fonte: Autoria própria

Nessa fase também foi definido o protocolo da RS desenvolvido pautado no modelo disponível na ferramenta Start (quadro 2, a seguir). Esse protocolo foi preenchido pela autora dessa pesquisa e conforme o objetivo proposto para esse estudo.

Quadro 2 – Formulário preenchido de acordo com protocolo de revisão sistemática disponível na ferramenta Start

Propósito da revisão sistemática	Verificar as publicações na literatura científica nacional e internacional sobre as questões relacionadas às políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais produzidos no contexto da EaD e disponibilizados em repositórios digitais.
Principal questão	Quais os subsídios relacionados às políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais produzidos no contexto da EaD e disponibilizados em repositórios institucionais têm sido estudados e publicados na literatura científica nacional e internacional?
População	Repositórios digitais de recursos educacionais abertos da educação a distância.
Intervenção	Verificar como são feitas as políticas de acesso aberto.
Resultados	Encontrar subsídios para elaboração de políticas de acesso aberto dos repositórios de objetos de aprendizagem.
Aplicação	Auxiliar as instituições a definirem sua política de acesso aberto de repositório digital de materiais didáticos para EaD.

Fonte: Autoria própria

Na fase de **Seleção** dos documentos encontrados nas bases de dados online, os critérios de inclusão e exclusão utilizados são apresentados no quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos documentos

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Qualquer ano	O documento não está em inglês, espanhol e português
O documento apresenta exemplo de repositório institucional de objetos de aprendizagem de acesso aberto	O documento não apresenta repositório institucional de acesso aberto
O documento apresenta características de políticas de acesso aberto	O repositório não contém objetos de aprendizagem da EaD
O documento apresenta como ocorre a disponibilização de objetos de aprendizagem no contexto da EaD	O documento não apresenta repositório institucional na EaD
O documento apresenta exemplos de repositórios institucionais de acesso aberto	Sem acesso ao texto completo
O documento apresenta exemplo de repositório institucional na EaD	

Fonte: Autoria própria

Na fase de **Extração** dos dados nos documentos selecionados na fase anterior, foram elaboradas as questões abaixo para serem preenchidas pela própria autora dessa pesquisa, de acordo com as informações encontradas nos documentos. Nos documentos resultantes dessa fase, será aplicada a análise de conteúdo, isto é, esse formulário, apresentado na figura 2, auxiliou na sistematização e categorização dos documentos para a Etapa 3, a análise de conteúdo.

Figura 2 – Formulário para auxiliar a extração de dados nos documentos para sistematização da análise de conteúdo

Subsídios para elaboração da política de acesso aberto para repositório institucional	
<hr/>	
Tipo de repositório	<input type="checkbox"/> Digital de Objetos de Aprendizagem
	<input type="checkbox"/> Repositório Institucional
	<input type="checkbox"/> Repositório Educacional Aberto
<hr/>	
O repositório institucional está no contexto da EaD?	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não
<hr/>	
Apresenta características de política de acesso aberto do repositório de objetos de aprendizagem da EaD?	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não

Fonte: Autoria própria

Na fase de **Síntese** da RS, os documentos encontrados na fase anterior foram analisados e os dados encontrados foram tabulados e organizados em gráficos. Esses gráficos estão detalhados no Apêndice B: Dados Estatísticos da Revisão Sistemática.

A realização da revisão sistemática possibilitou refinar as palavras-chave para direcionar essa pesquisa a alcançar o objetivo proposto, reunir estudos sobre a temática e estruturar o roteiro de questões a ser aplicado para os profissionais responsáveis pelo repositório da instituição participante.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta, inicialmente, um histórico sobre a Educação a Distância (seção 3.1), e sobre o acesso aberto a conteúdos educacionais na EAD (seção 3.2). Em seguida, nas seções 3.3 e 3.4, são apresentados fundamentos sobre propriedade intelectual e sobre repositórios digitais. E na seção 3.5 é apresentada uma análise sobre o conteúdo exposto no referencial teórico.

Para a elaboração do referencial teórico dessa pesquisa, foi analisada da literatura especializada artigos eletrônicos, teses e dissertações, sites, revistas, anais de congressos, livros, diretório de repositórios, como o OpenDoar. Geralmente, essas fontes estavam relacionadas às áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia, Educação, Comunicação, Tecnologia da Informação, Ciência da Computação, Direito, Administração, Ciências Sociais, entre outras.

As fontes de informação mais utilizadas para adquirir a literatura pertinente ao trabalho e construir o referencial teórico da pesquisa foram: (a) consultas às bases de teses e dissertações da CAPES², IBICT³, PUC⁴, UFSC⁵, Domínio Público⁶, UFRGS⁷, UFSCar⁸, USP⁹, e UNESP¹⁰, com preferência aos resultados com textos completos disponíveis on-line; (b) buscas nas bases de dados referenciais e sites de coleções de revistas e artigos científicos de textos completos como Datagramazero¹¹, Scopus¹², Portal CAPES¹³, Google Scholar¹⁴, SciELO¹⁵, entre outros; (c) buscas efetuadas por meio de ferramentas de busca na Internet sobre informações gerais, artigos sobre os temas EaD, repositórios digitais de objetos de aprendizagem, política de acesso aberto, recursos educacionais abertos.

² Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>

³ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>

⁴ Disponível em: <http://verum.pucrs.br/F?func=find-b-0&local_base=tde>

⁵ Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>

⁶ Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>>

⁷ Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1>>

⁸ Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/index.php>

⁹ Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/>>

¹⁰ Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/cgb/bibliotecas-digitais/cthedra-biblioteca-digital-teses/>>

¹¹ Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>

¹² Disponível em: <www.scopus.com/scopus/home.url>

¹³ Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez31.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome>

¹⁴ Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/>>

¹⁵ Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>

3.1 Educação a Distância

A UNESCO (1997) reconhece o oferecimento de educação superior por meio da aprendizagem aberta e a distância como passo efetivo na democratização da educação. Para a UNESCO:

Os termos aprendizagem aberta e educação a distância representam abordagem que se concentram na abertura de acesso à educação e ao provimento de treinamento, libertando os aprendizados das delimitações de tempo e espaço e oferecendo oportunidades flexíveis de aprendizagem individual ou em grupo (UNESCO, 1997, p. 7).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão influenciando e redefinindo a área da Educação, que está se adaptando a essas mudanças. Uma dessas importantes mudanças no processo de ensino foi o fortalecimento da modalidade de Educação a Distância (EaD), que tem se expandido na última década, valendo-se da globalização e das novas formas de comunicação, principalmente no campo de transmissão de informações. Segundo o Censo de Educação Superior (BRASIL, 2010) a parcela de matrículas no nível superior na modalidade EaD passou de 0,4% para 11,8%, entre 2001 e 2010. E se compararmos entre os anos de 2009 e 2010, enquanto a quantidade de alunos presenciais cresceu apenas 6,45%, a quantidade de alunos no nível superior de EaD cresceu 10,9%. Também de acordo com dados do Censo (BRASIL, 2011), no relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil de 2011-2012, publicado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), essa modalidade de ensino contou com 3,5 milhões matrículas em 2011, um aumento de 58% em relação ao ano anterior.

Por suas características de flexibilidade e dinamismo, a utilização de TIC ocasionou grandes mudanças no processo de ensino-aprendizagem, e fez com que a informação digital ampliasse a gama de opções disponibilizadas à EaD, promovendo diferentes formas de acesso, maior flexibilidade e agilidade para o aluno, tornando essa modalidade de ensino atraente por não ter restrições de local e horários. Por causa dessa flexibilidade, a gestão do conhecimento tem o intuito de promover melhorias nos processos de aprendizado da EaD, favorecendo o compartilhamento do conhecimento produzido nesse contexto, e o desenvolvimento de uma formação de qualidade ao aluno, como exposto no trabalho de Carlos e Ferrari (2014).

De acordo com Aretio (2002), as áreas de impacto do ensino e aprendizagem abertas e a distância são múltiplas. A educação a distância (EaD) vem sendo utilizada na educação geral, na formação de professores, na formação profissional, na educação não-formal e na educação superior. O autor destaca que é

na educação superior que a modalidade mais efetivamente tem se desenvolvido.

Maia e Mattar (2007, apud MATTAR, 2011) afirmam que a EaD é uma modalidade de educação, planejada por docentes ou instituições, em que professores e alunos estão separados espacialmente e, que para isso são utilizadas diversas tecnologias de comunicação.

A EaD e as TICs estão diretamente relacionadas, para Mill (2011, p. 16) essa modalidade educacional “caracteriza-se fundamentalmente pela separação física (espaço-temporal) entre aluno e professor, bem como pela intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) como mediadoras da relação ensino-aprendizagem”. O autor ainda resume que a EaD utiliza as tecnologias telemáticas (baseadas nas telecomunicações e na informática) para ensinar.

Existem diversas modalidades para a EaD, como educação semipresencial, aprendizagem acompanhada por tutores, separação física entre educador-educando ou até a ausência do educador, sendo complexo determinar suas raízes (MILL, 2011). De acordo com Mattar (2011, p. 4), essa modalidade da Educação remonta de meados do século XIX, com os cursos por correspondência. Ainda segundo este autor, “é possível dividir a história da EaD em três grandes gerações: (1) cursos por correspondência; (2) novas mídias e universidades abertas; e (3) EaD online”. Já Moore e Kearsley (2008) detalham essas gerações de EaD por meio de cinco gerações, que são: (a) primeira geração: estudo por correspondência; (b) segunda geração: ensino por meio da transmissão de rádio e televisão; (c) terceira geração: surgimento das Universidades Abertas; (d) quarta geração: interação de um grupo a distância, em tempo real em cursos por satélites e videoconferência; (e) quinta geração: aprendizado baseado na web. Taylor (2001) também expõe modelos de EaD semelhantes. É importante ressaltar que uma geração de EaD não exclui, necessariamente, as outras, elas são consequências das mudanças ocorridas nas TICs. Estes modelos estão sintetizados no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Cinco gerações da educação a distância

Geração	Início	Principais características
1ª – Modelo por Correspondência	Séc. XIX	Impresso
2ª – Modelo Multimídia	Início Década 1970	Impresso; Rádio; Vídeo; Computador baseado no ensino; Vídeo interativo
3ª – Modelo de Aprendizagem por Conferência	Final Década 1980	Áudio-teleconferência; Videoconferência; Comunicação áudio gráfica; TV/Rádio e Áudio-

		conferência
4ª – Modelo de Aprendizagem Flexível	Início Década 1990	Multimídia interativa online; Internet baseada no acesso ao recurso WWW; Comunicação mediada por computador
5ª – Modelo de Aprendizagem Flexível Inteligente	Desde 2000	Multimídia interativa online; Internet – recursos WWW; Computador usando sistema de respostas automáticas; Acesso ao portal do campus para processos e recursos

Fonte: Adaptado de Taylor (2001) e Moore e Kearsley (2008)

Há três tipos de organização de instituições de ensino superior para a educação a distância: a universidade aberta, caracterizada segundo Moore e Kearsley (2007, p. 38), como “instituições de ensino a distância com finalidade única, dedicadas apenas a esse método de ensino e aprendizado, empregando equipes de especialistas para criar cursos e obtendo economias de escala por meio de um grande número de matrículas.” A educação a distância integrada, mista ou dual-mode, que se caracteriza pelas instituições tradicionais que oferecem cursos na modalidade presencial, e que agregam a EaD a sua estrutura já estabelecida (SCHLICKMANN, ROCZANSKI, AZEVEDO, 2007). E a educação a distância formada por instituições parceiras que de acordo com Belloni (1999, p. 92), se organiza sob a forma de associação, rede ou consórcio, e significa um esforço de instituições educacionais que atuam na área do ensino a distância no sentido de cooperação institucional e intercâmbio científico.

Essa cooperação e intercâmbio científico é propiciado pelo uso cada vez mais frequente de novas tecnologias de informação e comunicação, que contribuem para a diminuição das barreiras de espaço e de tempo, evidenciando a globalização, e trazendo maior facilidade ao acesso à informação, contribuindo para novas formas de aprendizado. A UNESCO incentiva a busca pelo ensino com a utilização das TIC para haver facilidade de acesso e maior promoção desta modalidade sendo permanentemente acessíveis a todos (UNESCO, 1997, p.75). Nesse sentido, os repositórios digitais de recursos educacionais abertos são grandes aliados, pois permitem que o acervo fique disponibilizado aos interessados em qualquer lugar e horário, promovendo oportunidades não apenas no que diz respeito às informações ou aos conhecimentos produzidos nas instituições, mas também nas possibilidades de todos continuarem aprendendo.

A EaD no Brasil começou a partir de 1900, com os primeiros registros de anúncios em jornais no Rio de Janeiro, de professores particulares oferecendo cursos de datilografia por correspondência. Em 1904, com a vinda das Escolas Internacionais

(filial de uma organização norte-americana), foi consolidado os estudos por correspondência com a oferta de cursos profissionalizantes, cujos materiais didáticos eram enviados por correio, principalmente por ferrovias. Essa modalidade de ensino foi a única existente por aproximadamente 20 anos. Com o surgimento do rádio, fundou-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, uma iniciativa privada com o objetivo de possibilitar a educação popular por meio do sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo. Nas décadas de 60 e 70, houve vários incentivos para a utilização da televisão para fins educacionais, sendo criado em 1969, o Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, que previa a utilização de rádio, televisão e outros meios aplicáveis no campo da Educação. Com a chegada dos computadores no país na década de 70 por meio das universidades, e posteriormente com o barateamento dessas máquinas e expansão da internet, foi consolidada a propagação do ensino a distância para o sistema educativo brasileiro (ALVES, 2009).

Atualmente, o país apresenta algumas dificuldades para o avanço da EaD, o principal deles ocorre devido às normas jurídicas, como destaca Litto e Formiga (2009, p. 12):

Existe uma inflação legislativa que entrava o funcionamento das organizações. O emaranhado de atos normativos impede a expansão dos cursos de educação básica e superior (impedindo também por falta de norma específica, os mestrados e doutorados a distância). O crescimento da EAD é notado, assim, em maior escala nas entidades que atuam de maneira livre.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB):

Busca articular as instituições públicas já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade a cidadãos residentes em municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não atendem adequadamente a todos os interessados da região (MILL, 2012).

Com o intuito de expandir o ensino superior no país, foi criada pelo Ministério da Educação em 2005, a Universidade Aberta do Brasil, um sistema integrado por universidades públicas de ensino superior que oferecem cursos a distância em diversos polos pelo país. Apesar do termo Universidade Aberta ser reconhecido devido à experiência da Open University da Inglaterra, a definição dessa expressão para o caso brasileiro é diferente, pois não se trata de uma universidade apenas, e sim de um consórcio de instituições públicas de ensino superior, e também, não pode ser considerada aberta, pois não possui os princípios norteadores do sistema, que segundo consta no documento de criação e funcionamento da Open University, o termo aberta

tem um sentido social, pois se dirige a todas as classes sociais; permite que todo indivíduo maior de 21 anos possa se matricular, independente de certificado de instrução anterior e de exame admissão; permite acesso aos cursos ao público em geral (ALVES, 2009).

Atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (UAB, 2014). Como exemplo, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é uma das universidades públicas que participa do sistema UAB, oferecendo cinco cursos de graduação a distância desde 2007, atendendo a 20 polos de apoio presencial (MILL, 2011, p. 26). Os cursos são: bacharelados em Sistemas de Informação e em Engenharia Ambiental, licenciaturas em Pedagogia e em Educação Musical e, também, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira. Até 2013, foram ofertadas mais de 5.800 vagas para os cursos de graduação atualmente desenvolvidos, distribuídos em polos de apoio presencial. A Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD), no âmbito da UAB-UFSCar, oferece também cursos de aperfeiçoamento e especialização (*lato sensu*), como os cursos de Gênero e Diversidade na Escola, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Gestão Pública (UFSCAR, 2014). Suas atividades são desenvolvidas visando à democratização e a socialização do conhecimento de forma gratuita, proporcionando oportunidades para pessoas residentes distantes de seus campi (UFSCAR, SEAD, 2013).

3.2 Acesso Aberto na Educação a Distância

Gonçalves (2012), aponta que a partir do final do século XX, o ensino superior a distância no Brasil começou a se desenvolver mais fortemente, com o propósito de atender às demandas educacionais e possibilitar a redução de professores não preparados para o ensino básico nos diversos sistemas públicos de ensino.

Com a disponibilização gratuita na web de todo o acervo que apoia o ensino no MIT, incluindo materiais de leitura, slides, anotações de aulas dos docentes, exemplos de provas, entre outros, em 2001; com o projeto do Google intitulado Google Book Search, criado em 2006, que prevê digitalizar e disponibilizar via internet todo o conteúdo de 32 milhões de livros das principais bibliotecas do mundo num período de 10 anos; e com o projeto concorrente do Yahoo, Microsoft e Internet Archive, intitulado Open Content Alliance, cujo objetivo é digitalizar e disponibilizar via web milhões de livros que estão em domínio público (LITTO, 2009), as universidades vislumbraram uma possibilidade de também disponibilizar materiais de ensino de qualidade para seu

público.

Para concretizar esse cenário, há a opção das universidades disponibilizarem objetos de aprendizagem em seus repositórios digitais, que segundo o RIVED - Rede Interativa Virtual de Educação, são recursos que possam ser reutilizados para dar suporte ao aprendizado, podendo ser qualquer material eletrônico que provém informações para a construção de conhecimento, como por exemplo uma imagem, uma página HTML, uma animação ou simulação (RIVED, 2014). Outro exemplo de objetos de aprendizagem são os recursos educacionais abertos (OERs, da sigla em inglês Open Educational Resources), que são uma forma de estender e democratizar o acesso ao conhecimento, e racionalizar as despesas com livros-texto e outros materiais para aprendizagem em todos os níveis, encorajando o reuso, a adaptação e a disseminação livre de conteúdos educacionais (LITTO, 2009).

De acordo com Marcondes e Sayão (2009, p. 10), os repositórios institucionais são: “elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição.” Para Dodebei (2009, p. 91), o repositório institucional é:

Uma base de dados digital e virtual, de caráter coletivo e cumulativo, de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição, [...] os repositórios são espécies combinadas de arquivo e de biblioteca digitais.

Porém, há resistência por parte das universidades em implantar repositórios de acesso aberto, pois caso a instituição tenha renome, o material disponibilizado será mais aceito devido ao prestígio do grupo que o produziu, com isso, há preocupação por parte das instituições menores em adquirir uma imagem de baixa qualidade, caso seu conteúdo seja distribuído de forma gratuita. Outras questões são o uso inapropriado dos conteúdos, competição antiética com outras instituições, dificuldade com a justiça referente a questões de propriedade intelectual, fazendo com que algumas instituições prefiram usar apenas materiais de autoria própria em seus cursos, rejeitando os demais conteúdos (LITTO, 2009). A resistência por parte dos pesquisadores em publicar nesses repositórios ocorre pelos seguintes motivos: receio de que os documentos não passem pelo processo de revisão por pares; a submissão do documento no repositório demanda tempo; o documento publicado no repositório facilita o plágio; receio de ceder obrigatoriamente seus direitos autorais à universidade (KING et al., 2006; PINFIELD, 2004).

Furnival e Hubbard (2011) afirmam que essa resistência ao auto arquivamento nos repositórios ocorre pelo desconhecimento dos objetivos da política de acesso aberto, e que a instituição deve esclarecer essas questões para implementar a proposta. Sendo que o principal objetivo de uma política de acesso aberto é aumentar o acesso e uso gratuito da produção acadêmica da instituição.

A política de acesso aberto de um repositório digital é fundamental para:

[...] integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição; apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; satisfazer as necessidades da comunidade; atrair usuários; estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; povoar o repositório; torná-lo juridicamente viável; manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição; preservação digital de longo prazo; gerenciar riscos; e facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório (LEITE, 2009, p. 71).

Com isso, a política auxilia tanto a comunidade interna quanto a externa na utilização do repositório, estabelecendo as obrigações de cada um e facilitando o acesso aos materiais de forma adequada.

Sobre o movimento de acesso aberto no Brasil, foi lançado em 2005 o Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica, sendo o primeiro desdobramento político de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MARCONDES, SAYÃO, 2009). No âmbito internacional, as principais declarações são: a de Budapeste, Bethesda e de Berlim. Sarmiento et al. (2005) elaboraram um quadro que ilustra a comparação do texto dessas três importantes declarações sobre o acesso livre (quadro 5):

Quadro 5 – Texto das principais declarações do Acesso Livre ao conhecimento

	Declaração de Budapeste Área: Genérica	Declaração de Bethesda Área: Biomédica	Declaração de Berlim Área: Ciências e Humanidades
Qualidade (peer review)	Artigos de periódicos revisados; Pre-prints sem revisão	Artigos revisados	Aprovação pela comunidade científica (revisado)
Copyright	Controle sobre a integridade do trabalho; Direito de propriedade intelectual; Direito a citação (atribuição da autoria)	Atribuição da autoria	Atribuição da autoria

Finalização da utilização	Várias, incluindo qualquer outro propósito legal	Várias, incluindo qualquer propósito responsável	Várias, incluindo qualquer propósito responsável
Obras derivadas	Não menciona	Permite	Permite
Acesso	Gratuito Público (mundial)	Gratuito; Mundial; Irrevogável; Perpétuo (necessidade de preservação)	Gratuito; Mundial; Irrevogável

Fonte: SARMENTO et al., 2005.

Como visto no quadro 5, as principais declarações sobre o acesso aberto ao conhecimento têm em comum o acesso gratuito, público e mundial aos documentos, e respeitar e citar a autoria dos trabalhos quando utilizados.

A política de acesso aberto de qualquer repositório tem que ser baseada na cultura da instituição, devendo prever: (a) a responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; (b) o conteúdo proposto e implementado; (c) os aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; (d) os padrões; (e) as diretrizes para preservação digital; (f) a política e níveis de acesso; (g) a sustentabilidade e financiamento do repositório (TOMAÉL, SILVA, 2007).

O movimento pelo livre acesso à informação propõe duas vias: a via dourada e a via verde. A via dourada orienta para que os periódicos científicos publiquem de acordo com a concepção do livre acesso, sendo possível somente se os editores de periódicos aderirem a essa filosofia. A via verde consiste no depósito de trabalhos acadêmicos nos repositórios institucionais pelos mais diversos produtores de conhecimento científico (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Há várias iniciativas significativas sobre produção, pesquisa e expansão dos recursos educacionais abertos, alguns deles são: OCLOS (Open eLearning Content Observatory Services) - consórcio de instituições europeias que promove o conceito de recursos educacionais abertos, ressaltando os bons exemplos e modelos de licenciamento desses recursos; (b) Open Learn - disponibiliza inúmeros materiais dos cursos da Open University da Inglaterra; (c) Education Commons - possui trabalhos colaborativos de pessoas que produzem ferramentas, serviços e conteúdos com fontes abertas; (d) Creative Commons - oferece soluções inovadoras para questões de propriedade intelectual para criadores de conteúdo educacional terem formas de proteger seus materiais (LITTO, FORMIGA, 2009).

Essas iniciativas são importantes para o incentivo da utilização de recursos educacionais abertos e contribuem para sua divulgação, ampliando e motivando o uso de políticas de acesso aberto para repositórios digitais para EaD.

3.3 Propriedade Intelectual na Educação a Distância

Continuando a execução da Etapa 1, esse tópico traz os principais conceitos relacionados à propriedade intelectual presentes nos repositórios de objetos de aprendizagem para EaD.

A disponibilização da informação digital nos repositórios de objetos de aprendizagem, está relacionada com as questões de propriedade intelectual (PI). No campo da EaD, os principais tipos de propriedade intelectual presentes são os direitos autorais, programa de computador, propriedade industrial e os direitos de personalidade. Para fins dessa pesquisa, será analisado cada um desses tópicos presentes no âmbito da EaD.

A PI é conhecida pelos produtos do pensamento e da criação humana e visa dar proteção as expressões criativas do homem, sobretudo aquelas pertinentes ao campo industrial e comercial. Está subdividida em: (a) propriedade industrial: protege as invenções, os desenhos industriais, as marcas e as indicações geográficas; (b) direitos autorais: protege obras literárias, artísticas e científicas; (c) direitos conexos: protege interpretações, traduções, transmissões; (d) software: protege os programas de computador; (e) Cultivares: protege a produção de novas variedades (GUIMARÃES, 2011). Para Marcacini (2012), a PI subdivide-se em três áreas temáticas: propriedade industrial, direitos autorais e direitos sobre o programa de computador. Conforme Pinheiro (2013), pode-se acrescentar também os direitos da personalidade, que estão relacionados com as características que identificam o ser humano, como imagem, voz e nome.

As formas de proteção relacionadas à propriedade intelectual serão detalhadas a seguir:

3.3.1 Propriedade industrial

De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.729, de 14 de maio de 1996, que regula a Propriedade Industrial no Brasil, esta lei abrange as invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais e marcas. Sendo as duas primeiras protegidas pela concessão de patentes, e as outras duas por meio de registro. De acordo com Pinheiro (2013, p. 11) os direitos relacionados à propriedade industrial:

[...] dão origem às invenções e às marcas, as quais têm caráter exclusivamente econômico e que possuem como essência a sua aplicabilidade em escala industrial. Os direitos de propriedade industrial visam proteger os produtos ou serviços que estão diretamente relacionados com as invenções ou marcas, além de

garantir ao seu titular a possibilidade de explorá-las economicamente ou de impedir que terceiros o façam sem a sua autorização.

A marca é um sinal que diferencia um produto ou um serviço de outro, tendo como requisito básico a originalidade. Segundo a Lei 9.729/96, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, em seu artigo 123, a marca pode ser de três tipos:

- I - marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;
- II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e
- III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

A marca pode ser definida, segundo De Angelo (2000, p. 15), como um sinal perceptível que tem por finalidade distinguir, individualizar, diferenciar ou certificar um produto ou um serviço. De acordo com a American Marketing Association (KOTLER, 1998, p. 393) a marca é “um nome, termo, sinal, símbolo ou combinação dos mesmos, que tem o propósito de identificar bens ou serviços de um vendedor ou grupo de vendedores e de diferenciá-los de concorrentes”. A marca tem várias formas de apresentação, podendo ser nominativa, figurativa, mista e tridimensional.

Desse modo, a propriedade industrial está presente no contexto dos repositórios digitais na EaD pela marca da instituição, universidade ou unidade responsável.

3.3.2 Direitos autorais

Os direitos autorais presentes nos repositórios digitais na EaD estão relacionados aos materiais didáticos digitais e audiovisuais, como e-books, apostilas e videoaulas.

Segundo Branco Júnior (2007), a principal importância dos direitos autorais é a de fornecer ao autor mecanismos de proteção à sua obra de modo a permitir que seja o autor devidamente remunerado e possa, diante dos proventos auferidos com a exploração comercial de sua obra, seguir produzindo intelectualmente. Naturalmente, a vedação total e incontornável à utilização de obras protegidas por direitos autorais por parte de terceiros criaria uma sociedade limitada em seu desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

Para os autores que depositam em repositórios, os direitos autorais representam uma forma de proteção aos conteúdos para controlar a maneira de utilização e

distribuição dos seus materiais (LEITE, 2009). Para Barton e Waters (2004) as principais questões relacionadas com os direitos autorais envolvidas com os repositórios digitais são: (a) aquisição de conteúdos, fase em que os autores devem assegurar todos os direitos necessários para distribuir e preservar os conteúdos armazenados; (b) distribuição de conteúdo aos usuários finais, fase em que devem equilibrar os princípios do acesso aberto com a proteção de direitos autorais.

Os direitos autorais e os que lhe são conexos estão regulados em nosso país pela Lei 9.610/98 e segundo o Art. 3º “os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis”. Pinheiro (2013, p. 13) afirma que os direitos autorais “visam a proteger o criador de uma obra intelectual, bem como garantir a este a exposição, disposição e exploração econômica dessa obra, permitindo, ainda, que impeça o uso não autorizado de sua obra por terceiros, mal-intencionados ou não.”

Segundo o Ministério da Cultura, o direito autoral consiste num:

Conjunto de normas legais e prerrogativas morais e patrimoniais (econômicas) sobre as criações do espírito, expressas por quaisquer meios ou fixadas em quaisquer suportes, tangíveis ou intangíveis. São concedidos aos criadores de obras intelectuais e compreendem os direitos de autor e os que lhe são conexos (BRASIL, MinC, 2013).

Deste modo, o conceito de obras intelectuais protegidas, segundo a Lei dos Direitos Autorais (Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), estabelece no artigo 7.º, in verbis: São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.

Os direitos morais, de acordo com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), são "os laços permanentes que unem o autor à sua criação intelectual, permitindo a defesa de sua própria personalidade", sendo "intransferíveis, imprescritíveis, inalienáveis e irrenunciáveis". Já os direitos patrimoniais referem-se:

[...] à utilização econômica de obra intelectual, por qualquer processo técnico já existente ou ainda a ser inventado, caracterizando-se como o direito exclusivo do autor de utilizar, fruir e dispor de sua obra criativa, da maneira que quiser, bem como permitir que terceiros a utilizem, total ou parcialmente. (ECAD, 2013).

Ainda de acordo com o ECAD, os direitos patrimoniais "podem ser transferidos ou cedidos a outras pessoas, às quais o autor concede direito de representação ou mesmo de utilização de suas criações". Os direitos conexos aos direitos autorais protegem interpretações, transmissões de rádio, tais como concertos (GUIMARÃES, 2011, p. 101) e traduções. Já o software, protege os programas de computador

(GUIMARÃES, 2011) que, no caso da EaD, é muito utilizado nos ambientes virtuais de aprendizagem. Os programas de computador, no Brasil, são protegidos pela Lei nº 9.609/1998.

Segundo Pinheiro (2013, p. 17), os direitos patrimoniais são os que visam a garantir que o autor possa obter seu sustento a partir de seu trabalho intelectual, artístico ou científico, com isso, a lei é bastante severa ao impedir uma série de comportamentos de terceiros em relação a uma obra. A seguir, as principais situações que dependem de autorização prévia e escrita do autor:

reprodução parcial ou integral; edição; adaptação, arranjo musical e quaisquer outras transformações; tradução; inclusão em fonograma ou produção audiovisual; distribuição; utilização direta ou indireta da obra mediante representação, recitação ou declamação e execução musical; emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; inclusão em base de dados, armazenamento em computador, microfilmagem e demais formas de arquivamento do gênero; quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas (PINHEIRO, 2013, p. 18).

Quanto ao prazo de proteção dos direitos autorais, Pinheiro (2013, p. 18), afirma que “a legislação atribui como perpétua a vigência dos direitos morais do autor de determinada obra”. Já a duração dos direitos patrimoniais é de:

70 (setenta) anos [...], iniciando o prazo a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da morte do autor, ou seja, em regra, enquanto o autor estiver vivo, a exploração econômica da obra será protegida, e após a sua morte, esta poderá ser explorada por seus herdeiros ou quem detém os direitos patrimoniais da obra por mais 70 (setenta) anos (PINHEIRO, 2013, p. 19).

Os direitos da personalidade ou direitos personalíssimos protegem a imagem, o som da voz e o nome de uma determinada pessoa. O uso dessas características deve ser autorizado pela própria pessoa a ser retratada. Entretanto, se for para utilização com finalidade informativa, acadêmica ou cultural, pode ser feita sem a autorização do titular (PINHEIRO, 2013, p. 36). A autora (2013, p. 38) também aponta algumas formas de fazer uso desse conteúdo:

- Esses elementos não podem ser usados por terceiros de maneira que provoque constrangimento ou descrédito à pessoa retratada.
- Para serem usados para fins comerciais e publicitários, há necessidade de se obter autorização.

- A autorização pode ser revogada, a qualquer tempo, pelo titular dos direitos, mas a revogação pode ensejar ressarcimento do prejuízo que vier a causar.
- A proteção ao nome, à imagem e ao som da voz se extingue com a morte, cabendo aos herdeiros da pessoa falecida o direito de zelar pela sua honra e boa fama, as quais são garantidas mesmo após a morte.
- A proteção ao nome também se estende às pessoas jurídicas, sendo que o seu uso para fins comerciais ou publicitários requer autorização prévia.

Há os tratados internacionais em que, na área de direitos autorais, os mais importantes são a Convenção de Berna da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e o Acordo Trips da Organização Mundial do Comércio (OMC). O primeiro, voltado para proteção de obras literárias e artísticas, ocorreu em setembro de 1886 e foi revista em Paris, em julho de 1971. No Brasil, foi ratificada pelo Decreto 75.699/1975, em 1975. Já o segundo foi assinado em 1994, sendo promulgado no Brasil pelo Decreto 1.355/1994. Trata dos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio e às novas tecnologias, como programas de computador e Internet (GUIMARÃES, 2011).

Uma alternativa relevante para evidenciar os direitos autorais dos materiais disponibilizados nos repositórios digitais na EaD, é a licença Creative Commons (CC). O Creative Commons, um projeto criado pelo Professor Lawrence Lessig, com sede na Universidade de Stanford, tem o objetivo de expandir a quantidade de obras criativas disponíveis ao público e permitir sua reutilização, por meio de licenças jurídicas. O Centro de Tecnologia e Sociedade da Faculdade Getúlio Vargas trabalhou ativamente na adaptação das licenças CC para o ordenamento jurídico brasileiro (FGV, 2014).

O CC visa oferecer alguns direitos para qualquer cidadão sob determinadas condições escolhidas pelo autor, ou seja, “cria meios jurídicos para que autores, criadores e outros detentores de direitos possam indicar a todos que eles não se importam com a utilização de suas obras por outras pessoas” (LEMOS, 2005, p. 84). Para isso, há licenças disponíveis para padronizar o que o autor quer disponibilizar em sua obra.

Deste modo, a licença CC é um complemento à Lei de Direito Autoral sem modificá-la e muito menos renunciá-la, pois “[...] fundamenta-se nele [direito autoral] e nas prerrogativas legais dos autores de autorizarem a utilização de suas obras como bem entenderem. Trata-se de um deslocamento do eixo de “todos os direitos reservados” para “alguns direitos reservados” [...]” (LEMOS, 2005, p. 85).

Há vários tipos de licenças CC, cabendo ao autor indicar qual delas se ajusta mais a sua obra, podendo combiná-las entre si ou simplesmente utilizar uma só, pois

“como o modelo é matricial, cada autor pode escolher a licença adequada aos seus interesses e a suas necessidades, combinando-a com outras licenças” (LEMOS, 2005, p. 89). Essas licenças podem ser utilizadas para quaisquer obras, tais como música, filme, texto, foto, blog, banco de dados, compilação, software ou qualquer obra passível de proteção pelo direito autoral (CREATIVE..., 2014).

As principais licenças CC estão resumidas no quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Licenças Creative Commons

 <p>Atribuição CC BY</p> <p>Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.</p>
 <p>Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA</p> <p>Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto "copyleft". Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.</p>
 <p>Atribuição-Sem Derivações CC BY-ND</p> <p>Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.</p>
 <p>Atribuição-Não Comercial CC BY-NC</p> <p>Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.</p>
 <p>Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual CC BY-NC-SA</p>

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.



Atribuição-Sem Derivações-Sem Derivados

CC BY-NC-ND

Esta é a mais restritiva das nossas seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos seus trabalhos e os compartilhem desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Fonte: Creative Commons, 2014.

Como observado no quadro 6, as licenças colocadas no material pelo próprio autor, evidenciam como o usuário poderá utilizar esse material, respeitando as licenças escolhidas pelo autor nas obras derivadas. Percebe-se que, independente da licença escolhida, todos devem referenciar o autor da obra original.

A disponibilização dos materiais educacionais na forma online tem enfrentado impedimentos, principalmente às questões relacionadas à propriedade intelectual, como na questão do acesso aos materiais com direitos autorais realizado diretamente pela Internet. Essa situação causa um impacto direto na capacidade de sistemas EaD a distribuírem os materiais educacionais, dificultando que mais pessoas tenham acesso a esse conteúdo, e conseqüentemente, à aprendizagem. O ideal é que haja equilíbrio entre o reconhecimento do trabalho intelectual, a devida proteção e retorno financeiro ao autor, e a retribuição dos benefícios gerados com a utilização de sua obra para a sociedade (CARLOS; FERRARI; GRACIOSO, 2014, p. 205). O Magistrado Binnie (2002), da Suprema Corte do Canadá complementa que:

O equilíbrio apropriado entre este e outros objetivos da política pública está não apenas em reconhecer os direitos do autor, mas em dar o peso devido à sua natureza limitada. [...]. Excesso de controle pelos detentores do copyright e outras formas de propriedade intelectual podem limitar indevidamente a habilidade do público em incorporar e engrandecer com inovação criativa nos interesses da sociedade como um todo, em longo prazo, ou criar obstáculos práticos à utilização apropriada (CANADÁ, 2002).

Dessa forma, percebe-se que incentivar a criação intelectual é uma maneira de aumentar o bem estar da sociedade, promovendo a cultura e a educação para os cidadãos. O autor Ricardo Pinto (2009) corrobora que o direito autoral e seus benefícios patrimoniais e morais são um direito inerente ao desenvolvedor, porém, em face da existência dos direitos e garantias fundamentais e dos princípios constitucionais, acredita-se que deva ser considerado o direito à educação em nome do princípio da

dignidade humana, direito fundamental tanto quanto o direito da propriedade. Por este motivo, a função social da propriedade deve ir ao encontro dos anseios sociais, garantindo o bem-estar de todos e o desenvolvimento das potencialidades dos cidadãos. O autor também destaca que “um ser social que não teve acesso aos meios educacionais nunca será um cidadão por completo, estará sempre à margem da sociedade, tendo sua dignidade humana suprimida”. Assim, os direitos autorais não podem ser o motivo principal para que cidadãos não tenham acesso à informação, e conseqüentemente, sejam impedidos de terem uma educação de qualidade.

Com isso, os repositórios digitais de acesso aberto podem democratizar e facilitar o uso dos materiais educacionais, por propiciar sua localização pela indexação dos metadados, visibilidade dos trabalhos e reconhecimento dos autores, evidenciando o uso adequado dos materiais depositados com a escolha das licenças Creative Commons.

3.3.3 Software

No contexto dessa pesquisa, o software ou programa de computador está relacionado à plataforma online utilizada no ambiente do repositório digital na EaD.

A Lei nº 9.609/98 dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização. Esta lei, também conhecida como Lei de Software (palavra de origem inglesa que é traduzida por programa de computador) define o software em seu artigo 1º nos seguintes termos:

Art. 1º - Programa de Computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados. (BRASIL, Lei n. 9609/98, 2014)

Apesar do caráter industrial que o software tem por causa da grande reprodução por meio da facilidade de cópia do seu código, é aplicada a proteção do direito autoral, pois segundo Arrabal (2008, p. 8) o programa de computador é assumido, não como fruto do processo produtivo industrial, mas sim como fruto do processo produtivo intelectual. Assim, ainda de acordo com Arrabal (2008, p. 8): “Dentre os argumentos que sustentam a aplicabilidade do regime autoral ao Software, pode-se registrar que os programas de computador são obras intelectuais resultantes do esforço criativo do homem e se revestem do caráter de originalidade expressiva”.

Por definição, os softwares ou programas de computador são baseados no

código binário, ou seja, pelas matrizes binárias “0” e “1”. Segundo Arrabal (2008, p. 14) isto ocorre porque o computador “reconhece apenas dois estados físicos distintos produzidos através da eletricidade (corrente ligada/desligada), da polaridade magnética (positivo/negativo) ou da luz refletida (reflexão/não reflexão)”. Sendo assim, toda informação processada no computador, seja ela textos, sons, imagens e vídeos, é composta por este sistema.

O programa de computador também pode ser considerado, segundo Arrabal (2008, p. 13) como “a expressão de um conjunto organizado de instruções”. Sendo assim, pode-se entender que o código, feito pelo autor é protegido pela LDA, mas o sistema produzido através dele pelo computador não, pois é uma “interpretação” da máquina. Com isso, o programa de computador existe para:

[...] fazê-los funcionar de modo e para fins determinados: Isoladamente, o computador é incapaz de realizar qualquer tarefa. Somente através de um programa essa unidade eletrônica é capaz de demonstrar utilidade. Assim, o programa (Software), desenvolvido a partir de uma linguagem código, consiste num conjunto de instruções lógicas que permite ao computador realizar as mais variadas tarefas do dia-a-dia de empresas, profissionais de diversas áreas e usuários em geral (ARRABAL, 2008, p. 15).

Para Pinheiro (2013, p. 29-30), os softwares são passíveis de transferência para outras pessoas, assim são baseados em várias licenças de uso para que o autor possa ou não deter a sua propriedade e explorá-lo economicamente da forma que achar viável. Para isso, o autor pode utilizar os seguintes instrumentos jurídicos aplicáveis nas relações mercantis: a licença e a cessão. A licença consiste na “autorização do uso, por determinado prazo, mediante a retribuição financeira ao autor de determinado software, ou seja, tem caráter temporário, precário e não transfere a propriedade deste para o licenciado”. Já a cessão é a “transferência total da titularidade de um software para um terceiro ou ainda de um desenvolvedor para o seu contratante”.

Há outros tipos de licenças, como a licença GNU General Public License (GNU GPL), utilizada pelo software livre, que de acordo com Richard M. Stallman (1983), fundador da Free Software Foundation, “são programas que mantêm o copyright, e ainda assim permitem a livre distribuição (cópia), acesso ao código-fonte e direito de alterar o programa”.

Esse tipo de licenças asseguram o direito do autor, como a GNU General Public License ou Licença Pública Geral GNU (GNU GPL), sendo um contrato jurídico utilizado para garantir a manutenção do software exatamente como livre. De acordo com Silveira (2004, p. 21) a GPL é uma “licença que utiliza os princípios do direito autoral para proteger o software livre e assegurar que ninguém possa torná-lo proprietário”. Além

desta, há muitos tipos de licenças no mercado, estas variam principalmente entre a disponibilidade do código fonte, existência de copyright, distribuição e alteração do programa (SOFTWARE..., 2014).

A licença GPL contém o conceito de copyleft, que se trata de assegurar a liberdade de copiar o software livre, impondo a restrição de que nenhum software derivado de um software livre pode se tornar proprietário (SILVEIRA, 2004). A licença GPL assegura as quatro liberdades para o software livre (SOFTWARE..., 2014):

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (acesso ao código-fonte);
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie.

Com isso, o autor do software não abre mão de seus direitos autorais. O autor, por meio de uma licença, estipula o modo de que esses direitos sejam utilizados por terceiros, com a condição de que as quatro liberdades do software livre sejam respeitadas (FALCÃO; LEMOS; FERRAZ JÚNIOR, 2007).

Desse modo, o software está presente no contexto da EaD pela utilização da plataforma do ambiente repositório digital, e necessita de considerações quanto aos tipos de licenças relacionadas para disponibilizá-lo adequadamente.

3.4 Repositórios Institucionais Multidisciplinares de Objetos de Aprendizagem no Brasil

Realizou-se uma busca no OpenDoar¹⁶ - diretório de repositórios de acesso aberto em todo o mundo, que extrai e atribui metadados para permitir a categorização e análise para auxiliar na utilização e exploração dos repositórios, sendo atualizado periodicamente (OPENDOAR, 2014) - para apresentar a situação dos repositórios digitais de acesso aberto de objetos de aprendizagem no Brasil quanto às suas políticas de acesso aberto. Essa busca teve como propósito verificar a necessidade de se obter modelos que auxiliem na elaboração de políticas de acesso aberto para repositórios de objetos de aprendizagem, principalmente no contexto da EaD.

¹⁶ <http://www.opendoar.org/find.php>

O OpenDoar para fazer a análise das políticas dos repositórios, tais como de acesso, de depósito, de preservação digital e de publicação, primeiramente identifica o Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) - mecanismo que coleta os registros de metadados em repositórios - para incluir as seções padrões para as políticas. Posteriormente, identifica no site do repositório a página que define suas políticas, analisa os critérios padrões de utilização das políticas e atribuem uma classificação para cada uma: (a) desconhecida ou não encontrada: caso não encontrem nenhuma informação sobre a política do repositório; (b) não declarada: caso haja informações sobre as políticas, mas a política em particular não é mostrada; (c) indefinida: quando há uma página para a política no site do repositório, mas consta como ainda não definida; (d) definida: quando há uma página com informações sobre a política do repositório (OPENDOAR, 2014).

O modelo de política de acesso aberto disponibilizado no OpenDoar¹⁷ abrange as seguintes políticas:

- Política de metadados: refere-se às informações que descrevem os itens no repositório, o acesso aos metadados e a sua reutilização;
- Política de conteúdo: refere-se aos tipos de documentos e conjunto de dados mantidos; tipo do repositório; tipo dos materiais do acervo; e principais idiomas do repositório;
- Política de submissão: refere-se aos depositantes, ao controle de qualidade do conteúdo e aos direitos autorais;
- Política de Preservação: refere-se ao período de retenção do material; preservação do arquivo; à segurança dos materiais; e ao descarte e retirada dos materiais.

A busca realizada para identificar se os repositórios digitais de objetos de aprendizagem possuem políticas de acesso aberto teve os seguintes critérios:

- Área: Multidisciplinar;
- Tipo de Conteúdo: Objetos de aprendizagem;
- Tipo de Repositório: Qualquer tipo;
- País: Brasil;
- Qualquer língua;
- Qualquer software.

Com esses critérios definidos, obteve-se cinco instituições com repositórios com essas características, a saber ARCA - Repositório Institucional da Fiocruz¹⁸; Banco

¹⁷ Disponível em: <<http://www.opendoar.org/tools/policytool.php>>.

¹⁸ <http://www.arca.fiocruz.br/>

Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)¹⁹; Livre Saber - Repositório digital de materiais didáticos da UFSCar²⁰; Projeto Maxwell - Repositório Institucional da PUC do Rio de Janeiro²¹; e Repositório Institucional UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)²². Os detalhes dessa busca no diretório OpenDoar são discutidos a seguir:

O Repositório Institucional da Fiocruz (ARCA), é mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fundação Oswaldo Cruz. O ARCA teve origem no projeto “Trajetórias e Memória do Icient: vinte e um anos de Informação Científica e Tecnológica em Saúde” lançado em 2009 pelo Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS) do ICICT. A partir de sua institucionalização em 2010 e posterior lançamento (2011), vem sendo desenvolvido pela colaboração entre o LICITS e o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) - Seção de Informação. Em 2014 o CTIC - Seção de Informação, assumiu a Coordenação Técnica e o Grupo Executivo do Repositório Institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O site do repositório oferece acesso à produção técnico-científica da instituição, como artigos, webconferências, teses e dissertações, livros digitais, capítulos de livros, objetos de aprendizagem, multimídia, trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, relatórios institucionais, manuais, vídeos e a Revista RECIIS. (ARCA, 2014).

Para elaboração de sua plataforma online foi utilizado o software livre DSpace, que é orientado para a preservação digital e criação de repositórios institucionais para auxiliar o gerenciamento da produção científica em meio digital, oferecendo maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. O DSpace é resultante de um projeto colaborativo da MIT Libraries e da Hewlett-Packard Company. No Brasil, o IBICT incentiva as instituições a utilizarem o DSpace, sendo utilizado por, aproximadamente, uma centena de instituições (SORDI, 2013). O repositório ARCA possui atualmente 5.737 itens em seu acervo. A política de metadados, de conteúdo, de submissão e de preservação do repositório não foram encontradas pelo sistema do OpenDoar (OPENDOAR, 2014). No site da Fundação Oswaldo Cruz, está disponibilizada a política de acesso aberto ao conhecimento²³, cujo propósito é “garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual” produzida pela instituição (FIOCRUZ, 2014). Essa política foi feita com base

¹⁹ <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>

²⁰ <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/>

²¹ <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/>

²² <http://www.repositorio.ufsc.br/>

²³ https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

nas determinações propostas na declaração de acesso aberto de Budapeste, pois os autores envolvidos com a pesquisa na Fiocruz são incentivados a auto depositarem os resultados dessas pesquisas, publicadas em revistas científicas, no repositório ARCA. Define também os mecanismos de auto arquivamento, que fica ao cargo dos pesquisadores com o acompanhamento por parte de técnicos da informação da instituição FioCruz (KURAMOTO, 2014).

O Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) foi criado em 2008 pelo Ministério da Educação, e tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, como áudio, vídeo, animação, simulação, software educacional, além de imagem, mapa, hipertexto, fornecendo acesso para todos os níveis de ensino (BIOE, 2014).

Sua plataforma online foi feita com o software livre DSpace e atualmente conta com 19.835 itens em seu acervo. A política de metadados, de conteúdo, de submissão e de preservação do repositório encontram-se indefinidas (OPENDOAR, 2014). A política de direitos autorais disponível no site do BIOE, diz que o acervo é composto por recursos de domínio público e:

[...] que contam com a devida licença por parte dos titulares dos direitos autorais para visualização, cópia, distribuição ou tradução - para os que possuem as fontes disponíveis. Essa licença é em caráter parcial, gratuito e não exclusivo. Assim, o autor continuará a utilizar suas produções como desejar, podendo inclusive negociá-las comercialmente, uma vez que não é dado ao Ministério da Educação o direito exclusivo de utilizar e explorar as obras cedidas. É vedado ao usuário do Banco Internacional a utilização dos recursos digitais, encontrados nesse endereço, para fins lucrativos. Reiteramos a nossa política de uso estritamente educacional dos recursos cedidos.

O Livre Saber (LiSa), repositório digital de acesso livre aos materiais didáticos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem como objetivo o compartilhamento, a preservação e a divulgação da produção da universidade. Disponibiliza recursos educacionais abertos como vídeos, animações, áudios, imagens, webconferências, mapas de atividades, textos e outros recursos produzidos por docentes da UFSCar e colaboradores externos, que são mantidos pela Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD) da UFSCar. Esses materiais são criados para as disciplinas dos cursos oferecidos na modalidade a distância na instituição, e organizados no repositório para acesso público sob a licença Creative Commons (CC) (LISA, 2014).

Sua plataforma online foi desenvolvida com o software livre DSpace, e o acervo

do repositório digital contêm, até o momento 1.370 itens. A política de metadados, de conteúdo, de submissão e de preservação do repositório não foram encontradas pelo sistema do OpenDoar (OPENDOAR, 2014). De acordo com Otsuka (et. al., 2011), a maioria dos materiais disponíveis no repositório LiSa está protegida sob a licença pública Creative Commons do tipo: Atribuição -Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos (CC BY-NC-SA), que permite remixagem, adaptação e criação de obras derivadas a partir da obra original, desde que não tenha fins comerciais. É obrigatório atribuição de créditos ao autor da obra e o licenciamento das novas criações pelos mesmos parâmetros da obra original (CREATIVE COMMONS, 2014). Para o depósito de objetos de aprendizagem no repositório, os professores autores são contatados para assinar um termo de autorização sob a licença CC. Assim, apenas os conteúdos com a autorização do professor e produzidos com o apoio e acompanhamento das equipes de planejamento, produção e avaliação da SEaD-UFSCar, são publicados no repositório digital LiSa (OTSUKA, et. al., 2011).

O Maxwell, repositório institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), foi desenvolvido pelo Laboratório de Automação de Museus, Bibliotecas Digitais e Arquivos (LAMBDA) da área de Sistemas e Automação do Departamento de Engenharia Elétrica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O repositório institucional é associado às ferramentas para educação apoiada por Tecnologia de Informação e Comunicação. O sistema armazena, controla e divulga materiais de várias naturezas - educacionais, administrativos e de produção científica da Universidade. Seu acervo é composto por teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, periódicos eletrônicos, livros digitais, livros interativos, artigos, atas, normas e materiais didáticos (MAXWELL, 2014).

No repositório institucional da PUC-RIO é utilizado o software Maxwell, elaborado pela própria universidade, e o acervo do repositório digital contêm, até o momento 16.238 itens. Sua política de metadados e de conteúdo encontram-se indefinidas; já a política de submissão está definida; e a política de preservação não está declarada pela instituição (OPENDOAR, 2014). No que se refere aos direitos autorais dos itens disponibilizados, foram publicadas somente àqueles com autorização dos respectivos autores, em conformidade com a Lei 9610/98. Não sendo permitido o uso dos textos para fins comerciais. A reprodução de pequenos trechos na forma de citações é permitida desde que seja mencionado o nome do autor do texto original e da fonte da pesquisa (MAXWELL, 2014).

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) reúne e dissemina diversos conteúdos digitais produzidos na UFSC, como objetos de

aprendizagem, materiais multimídia e atas de reuniões (REPOSITÓRIO, 2014). Sua plataforma online foi desenvolvida com o software livre DSpace, e seu acervo contém atualmente 34.158 itens. A política de metadados, de conteúdo, de submissão e de preservação do repositório encontram-se indefinidas (OPENDOAR, 2014).

Com essa análise dos repositórios institucionais de objetos de aprendizagem no Brasil, pode-se concluir que, conforme o cenário indicado pelo OpenDoar (2014), a maioria das políticas dos repositórios encontram-se indefinidas ou inexistentes, cabendo um estudo para identificar subsídios que auxiliem na elaboração de políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais dos repositórios digitais de objetos de aprendizagem no contexto da EaD.

3.5 Análise Final sobre o Referencial Teórico

Com a realização da pesquisa bibliográfica para o referencial teórico dessa pesquisa, foi possível obter um panorama nacional e internacional da literatura científica sobre as questões relacionadas às políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais produzidos no contexto da EaD e disponibilizados em repositórios digitais.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, pode-se resumir os ativos presentes no ambiente de repositório digital para EaD e o tipo de propriedade intelectual que os protege, apresentados no quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Ativos passíveis de proteção do ambiente de repositório digital na EaD

Ativos	Propriedade Intelectual
Material digital (e-books, artigos, apostilas, audiolivros, textos e apresentações)	Direito Autoral
Fotos, imagens, ilustrações	Direito Autoral, Direito de Personalidade
Material audiovisual (videoaulas, entrevistas, animações, debates, vídeos)	Direito Autoral, Direito de Personalidade
Webconferências	Direito Autoral, Direito de Personalidade
Marca (instituição)	Propriedade Industrial
Software (plataforma do repositório)	Programa de Computador

Fonte: Autoria Própria

No quadro 7, percebe-se que o direito autoral é o meio que protege a maioria dos ativos presentes no ambiente do repositório digital de EaD, havendo também que

considerar os direitos de personalidade, relacionados à imagem e voz das pessoas. Há também a proteção das marcas envolvidas, como por exemplo da universidade que disponibiliza o repositório. Tem-se que considerar também o tipo de licença relacionada ao software utilizado para a plataforma do ambiente do repositório para saber como disponibilizá-lo.

A análise dos repositórios institucionais de objetos de aprendizagem no Brasil infere que, conforme indicado pelo OpenDoar (2014), a maioria das políticas dos repositórios encontram-se indefinidas ou inexistentes, cabendo um estudo para identificar os subsídios que auxiliem na elaboração de políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais dos repositórios institucionais.

Por ser um assunto considerado recente e específico, pois abrange o acesso aberto em repositórios institucionais de objetos de aprendizagem da EaD, foram encontrados poucos estudos que abordavam essa temática. Para isso, vários textos foram analisados a fim de encontrar subsídios que contribuam na elaboração de diretrizes para a política de acesso aberto para esse tipo de repositório.

Acredita-se que, com o estabelecimento e expansão dos recursos educacionais abertos, bem como a elaboração e implantação das políticas de acesso aberto, os repositórios digitais na EaD serão melhor aproveitados, trazendo impactos significativos para a sociedade, democratizando seu acesso e conferindo mais conhecimento e cultura para todos.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados das Etapa 3, 4 e 5 dessa pesquisa, isto é, da análise de conteúdo aplicada aos documentos encontrados na revisão sistemática, da pesquisa de campo com aplicação de questionário realizada com os profissionais responsáveis pelo repositório digital da instituição participante dessa pesquisa, e da sistematização dos subsídios encontrados.

4.1 Resultados da Análise de Conteúdo

A partir dos documentos resultantes da revisão sistemática, deu-se início à análise de conteúdo. Extraíu-se desses documentos os pontos abordados sobre políticas de acesso aberto em repositórios para auxiliar na elaboração de diretrizes para tais políticas em repositórios digitais de materiais de aprendizagem no contexto da EaD. Assim, foi consultado o corpus obtidos para encontrar subsídios que auxiliem na construção de política de acesso aberto para esses repositórios. Os subsídios resultantes da análise de conteúdo estão apresentados no quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Subsídios encontrados pela análise de conteúdo nos documentos para auxiliar na elaboração de políticas de acesso aberto para repositórios institucionais

Documento 1	
Tipo	Artigo
Autores	Salvador Sánchez-Alonso; Miguel-Angel Sicilia; Elena García-Barriocanal; Carmen Pagés-Arévalo; Leonardo Lezcano
Título	Social models in open learning object repositories: a simulation approach for sustainable collections
Subsídios encontrados	Analisa modelos para crescimento do uso do repositório, como não cobrar para utilizar os materiais e ter conteúdos atualizados no acervo digital.
Documento 2	
Tipo	Artigo
Autores	Lovemore Kusekwa; Aston Mushowani
Título	The open access landscape in Zimbabwe: the case of university libraries in ZULC
Subsídios encontrados	Descreve os desafios de implantação de Open Access (OA): a maioria dos pesquisadores ainda estão céticos sobre o "movimento OA"; desconhecimento e falta de valorização da OA pelas partes interessadas; financiamento inadequado; questões de propriedade intelectual, sendo necessário esclarecer os direitos autorais para haver mais depósitos nos repositórios institucionais; a política de submissão não definida torna difícil

	para os bibliotecários/responsáveis poderem reunir conteúdo no repositório; a política de metadados indefinida torna difícil manter a consistência na descrição dos artigos depositados no repositório institucional. Possíveis soluções: maior propaganda do OA e negociação dos direitos autorais.
Documento 3	
Tipo	Artigo
Autor	Ernest Abadal
Título	Gold or green: the debate on open access policies
Subsídios encontrados	Apresenta as políticas de acesso aberto, e que se deve analisar cuidadosamente o desempenho do sistema de comunicação da ciência em cada país para determinar o método mais adequado para estabelecer o acesso aberto em repositórios; encontrar o melhor caminho para abrir o acesso em outros países não é possível sem estudar seu sistema de pesquisas detalhadamente
Documento 4	
Tipo	Artigo
Autores	Ernest Abadal; Candela Olle Castella; Francisca Abad-Garcia; Remedios Melero
Título	Open access policies in spanish universities
Subsídios encontrados	Mostra que nas universidades espanholas há os seguintes tipos de mandatos/políticas: Aplicação de mandato próprio: obrigam o depósito das publicações resultantes das solicitações da universidades, que atuam como uma agência de fomento. Gerais: obrigam o depósito em acesso aberto de todas as publicações de docentes e pesquisadores ligados à universidade. A estrutura dos mandatos incluem: quem deve ser obrigado a depositar no repositório de acesso aberto: docentes e pesquisadores ligados à universidade; conter os tipos de documentos que devem ser depositados; referir ao cumprimento dos direitos de exploração (intervalo de tempo); local que deposita esse material, que normalmente, é o próprio repositório institucional da universidade.
Documento 5	
Tipo	Capítulo de livro
Autor	Manolis Koukourakis
Título	Greek academic repositories: policies for making available scientific and cultural content
Subsídios encontrados	Aborda o acesso aberto em repositórios gregos. Defende diferentes níveis de acesso aos conteúdos disponíveis, isto é, para cada tipo de conteúdo um nível de acesso.
Documento 6	
Tipo	Artigo
Autor	Santally Mohammad Issack
Título	OERs in context-case study of innovation and sustainability of educational practices at the University of Mauritius
Subsídios encontrados	Discute o envolvimento da criação à reutilização, disseminação e compartilhamento no movimento dos recursos educacionais abertos (REA) que precisa ser, a priori, a nível institucional. Ter políticas adequadas em níveis institucionais não só promove o movimento dos REA, mas também traz possíveis soluções para questões como a qualidade, direitos de propriedade intelectual e da cultura.
Documento 7	
Tipo	Artigo
Autor	Derek Keats
Título	The road to free and open educational resources at the university of the western cape: a personal and institutional journey
Subsídios encontrados	Sugere evitar a restrição não comercial, sempre que possível, pois isto coloca uma restrição sobre os usuários que as impedem de misturar o conteúdo com diferentes licenças em trabalhos derivados com base em várias fontes (licença de incompatibilidade), e também exclui grande parte do setor privado para contribuir com recursos educacionais. Utiliza as licenças Creative Commons

	que são mais compatíveis com a noção de liberdade de acesso. Apresenta recomendações e estratégias para a escolha de cada licença CC.
Documento 8	
Tipo	Livro
Autor	Fernando César Lima Leite
Título	Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto
Subsídios encontrados	Aborda o desenvolvimento de políticas de acesso aberto em repositórios institucionais, apresentando exemplos de políticas de acesso aberto. Discorre sobre política de depósito, propriedade intelectual e preservação dos materiais digitais.
Documento 9	
Tipo	Tese
Autora	Ursula Blattmann
Título	Modelo de gestão da informação digital online em bibliotecas acadêmicas na educação a distância: biblioteca virtual
Subsídios encontrados	Estuda a política de acesso à informação que deve conter: a concepção da proposta da educação à distância; os acertos sobre políticas de acesso e uso das coleções digitais e virtuais; estrutura logística: os protocolos da comunicação de dados, formatos, intercâmbio de dados; políticas de acesso local e remoto: por categorias de usuários; de parcerias entre as instituições educacionais e os consórcios; por assinatura, entre outros.

Fonte: Autoria própria

Com esse estudo da literatura por meio da análise de conteúdo, foi possível identificar nos documentos analisados no quadro 8, o seguinte conjunto de decisões para serem tomadas na elaboração de uma política de acesso aberto em repositórios digitais de materiais de aprendizagem no contexto da EaD:

1. Conteúdo: tipos de materiais depositados no repositório;
2. Submissão dos materiais: responsável pelo depósito dos materiais; requerimento de autorização prévio do autor; entrada de metadados; obrigação de depósito de materiais dos autores no repositório (mandatório);
3. Acesso à informação: restrições e níveis de acesso; acesso livre;
4. Questões legais aos materiais: direitos autorais; tipos de materiais a ser depositados e consultados na íntegra;
5. Comunidades e coleções: organização dos materiais no repositório;
6. Gerenciamento: descarte ou retirada de itens; atualização dos materiais;
7. Marketing: estratégias para esclarecer dúvidas da comunidade da instituição;

formas de incentivo aos autores para depositar materiais no repositório;

8. Preservação digital: formatos de arquivos que serão suportados no repositório.

De acordo com o quadro 8, foi possível identificar os seguintes tópicos que auxiliem nas tomadas de decisão para elaboração de política de acesso aberto de repositório digitais no contexto da EaD. Desse modo, as tomadas de decisões encontradas nos documentos analisados são apresentadas no quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Decisões encontradas por documento analisado

Decisões	Doc. 1 Sánchez-Alonso et al	Doc. 2 Lovemore Kusekwa et al	Doc. 3 Ernest Abadal	Doc. 4 Ernest Abadal et al	Doc. 5 Manolis Koukourakis	Doc. 6 Issack	Doc. 7 Derek Keats	Doc. 8 Fernando Leite	Doc. 9 Ursula Blattmann
Conteúdo				X					
Submissão		X		X				X	
Acesso à Informação	X	X	X		X			X	X
Questões Legais		X		X		X	X	X	X
Comunidades e Coleções				X					X
Gerenciamento	X					X		X	
Marketing	X	X				X		X	
Preservação Digital						X		X	X

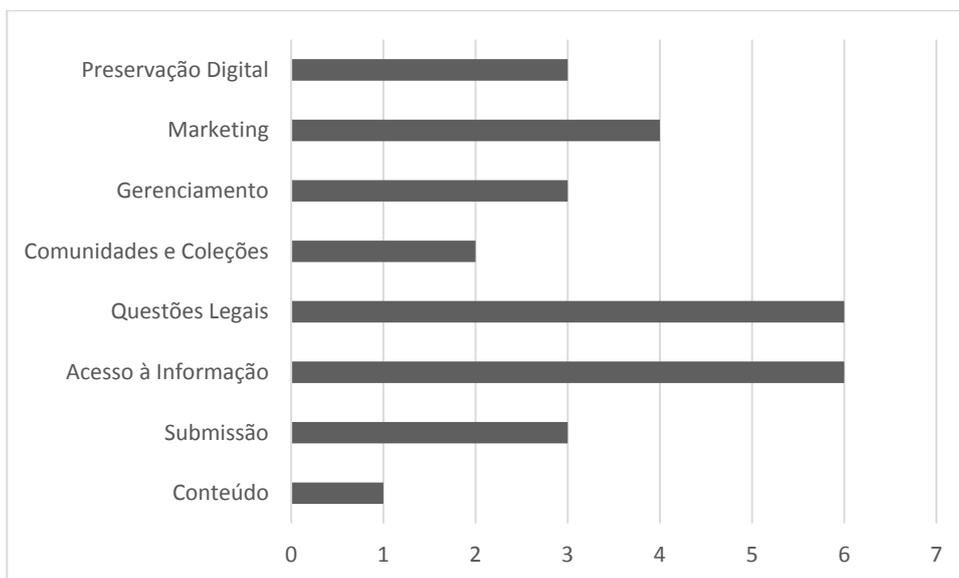
Fonte: Autoria Própria

Dentre os 126 documentos encontrados na revisão sistemática, aplicou-se a análise de conteúdo em nove documentos correlacionados com o tema de pesquisa. Com a observação ao quadro 9, pode-se perceber que os documentos mais representativos para essa pesquisa, que abordam um maior número de tópicos de decisão que auxiliam na elaboração de uma política de acesso aberto são: o documento 2, dos autores Lovemore Kusekwa e Aston Mushowani, que trata do acesso aberto nas

universidades de Zimbábue; o documento 4, dos autores Abadal et al, que trata da política de acesso aberto nas universidades espanholas; o documento 6, do autor Issack, que trata da importância dos recursos educacionais abertos; o documento 8, do autor Fernando Leite, que trata como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação em repositórios de acesso aberto; e o documento 9, da autora Ursula Blattmann, que trata sobre o modelo de gestão da informação digital online na EaD.

Os temas mais abordados nos nove documentos analisados são: Acesso à informação (6); Questões legais (6); e Marketing (4), conforme apresentado na figura 3, a seguir:

Figura 3 – Frequência dos tópicos de decisão por documentos



Fonte: Autoria própria

Com o exposto na figura 3, percebe-se que os temas mais discutidos são as formas de acesso aos materiais depositados no repositório e seus direitos autorais, pois são considerados alguns dos maiores entraves para a construção de um repositório digital de acesso aberto na EaD. Nos documentos que tratam de acesso à informação, são discutidos os tipos básicos de acesso (livre ou restrito) e os níveis de permissões de acesso; nos documentos que tratam sobre as questões legais dos materiais, discute-se principalmente a preocupação dos direitos autorais dos materiais disponibilizados no repositório; e nos documentos que tratam de marketing do repositório, discute-se estratégias para explicar dúvidas referentes ao uso e depósito dos materiais no repositório e formas de motivar o povoamento do repositório pelo aumento de submissões dos autores.

4.2 Resultados e Discussão da Pesquisa de Campo

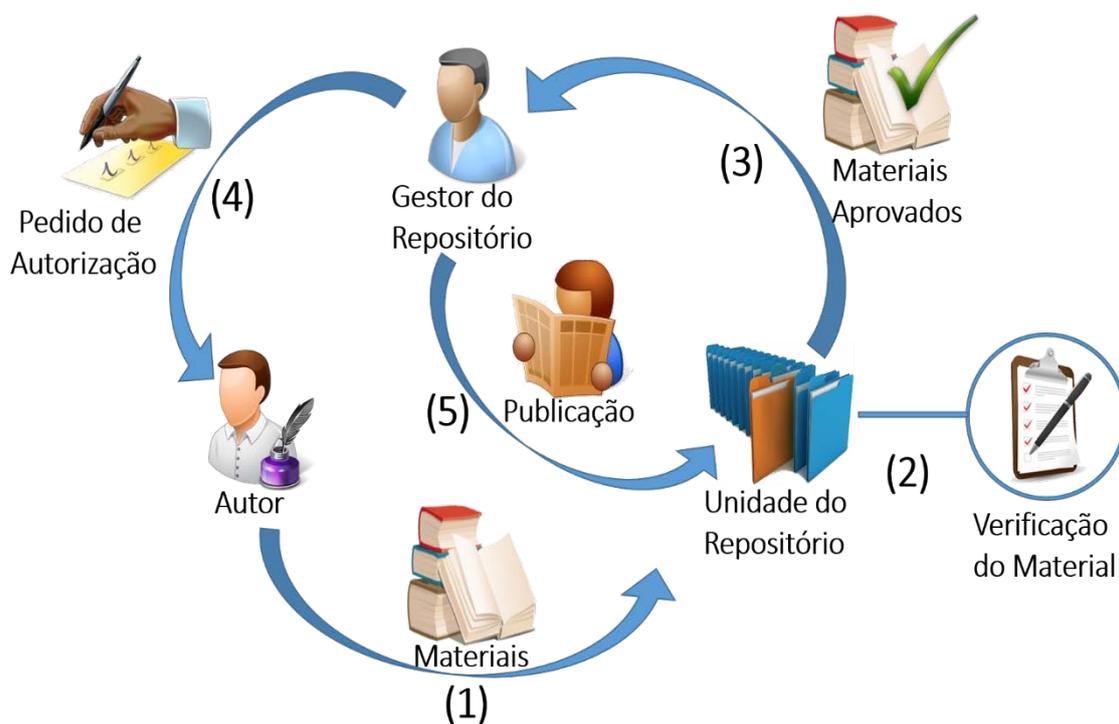
Com base nos critérios levantados na revisão sistemática dessa pesquisa, foi elaborado um roteiro de questões, apresentado no apêndice A desse trabalho, a fim de analisar e discutir as diretrizes a serem tomadas para elaboração de uma política de acesso aberto em repositórios digitais no contexto da EaD. Em seguida, após a aplicação do questionário, as respostas foram reunidas a fim de organizar as diretrizes encontradas para que auxiliem nas tomadas de decisão para elaboração de uma política de acesso aberto.

O questionário proposto para essa pesquisa foi aplicado para os profissionais da instituição responsáveis pela unidade do repositório digital de objetos de aprendizagem da EaD, para possibilitar a abordagem de vários aspectos e pontos de vista sobre a construção da política de acesso aberto desse repositório. No caso dessa pesquisa, as pessoas entrevistadas serão denominadas de Entrevistado1 e Entrevistado2. O Entrevistado1 é o profissional responsável pelos processos operacionais do repositório, e o Entrevistado 2 é o profissional responsável pela gestão do repositório. As repostas dos entrevistados serão apresentadas a seguir:

Referente ao uso dos materiais depositados e a sua forma de acesso, o repositório digital da instituição entrevistada é totalmente aberto, e de acordo com as pessoas entrevistadas, significa que todo o conteúdo publicado no repositório é de livre acesso para todos os usuários. A política de acesso aberto do repositório digital da instituição entrevistada encontra-se em construção, e, de acordo com os entrevistados, assim que for aprovada, pretende-se disponibilizá-la para o público.

Referente ao processo de envio dos materiais para o repositório para EaD da instituição, pode-se resumir nos seguintes passos apresentados na figura 4:

Figura 4 – Processo de envio dos materiais dos cursos de EaD para o repositório



Fonte: Autoria própria

Quanto às questões referentes à responsabilidade do depósito de materiais no repositório, o processo de envio dos materiais para o repositório, demonstrado na figura 4, ocorre da seguinte forma: (1) primeiramente o autor envia os objetos de aprendizagem para a unidade responsável pelo repositório; (2) Os materiais enviados pelos autores passam por procedimentos de verificação antes da disponibilização final pela unidade responsável pelo repositório. Essa verificação consiste em averiguar o alinhamento do material com os objetivos da disciplina, adequação à ementa e ao plano de ensino da disciplina, bem como a organização e estrutura do texto, e o atendimento às normas cultas gramaticais; (3) Posteriormente, os materiais avaliados e prontos para publicação são encaminhados para o profissional responsável que irá catalogá-los; (4) Esse profissional entra em contato com os autores para que possam autorizar, ou não, a sua publicação no repositório; (5) Somente com a autorização do autor, os materiais são publicados no repositório.

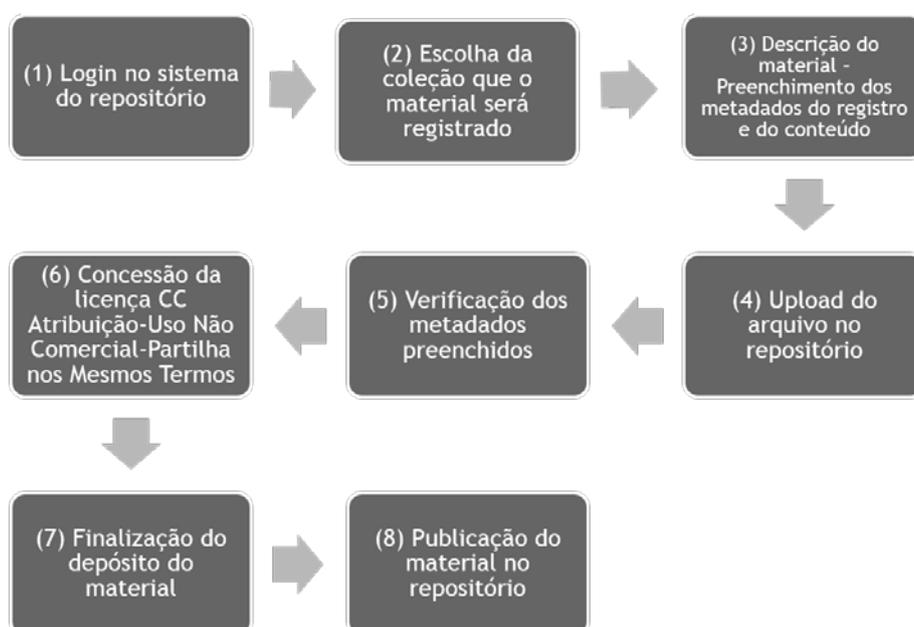
Sendo assim, as pessoas que podem publicar seus materiais no repositório devem possuir algum vínculo com a unidade responsável pelo repositório, como: (a) docentes que atuam nos cursos da instituição; (b) tutores dos cursos da modalidade de ensino a distância; (c) pesquisadores e alunos dos cursos de pós-graduação da instituição; (d) colaboradores, estagiários e bolsistas; (e) outros, mediante análise e

autorização da equipe gestora do repositório.

Os entrevistados complementam que, a fase de produção dos materiais é realizada em conjunto com equipes especializadas no assunto referente ao seu conteúdo, assim, os materiais já passam por um cuidadoso processo de planejamento, projeto e produção. Com isso, a etapa de avaliação dos materiais, posterior à fase de submissão, está sendo retirada do fluxo de depósito, para que não haja retrabalho e o processo de depósito dos materiais no repositório fique mais rápido.

A figura 5 demonstra como ocorre a publicação do material no repositório pelo gestor:

Figura 5 – Processo de publicação dos materiais pelo gestor do repositório



Fonte: Autoria própria.

Como apresentado na figura 5, a submissão dos depósitos dos materiais é realizada pelo profissional gestor do repositório digital. Para que o material seja publicado no repositório, há as seguintes etapas: (1) O gestor entra no sistema interno do repositório com login e senha; (2) Escolhe a coleção que o material será registrado; (3) Descreve o material, preenchendo os metadados referentes ao registro (autor, título, idioma, tipo do arquivo) e ao conteúdo (palavras-chave, resumo, descrição, curso, disciplina, etc); (4) O gestor faz o upload do arquivo do matéria no sistema do repositório; (5) Verifica o preenchimento dos metadados do material para efetuar eventuais correções; (6) Atribui a licença Creative Commons ao material, que no caso está na modalidade Atribuição-Usos Não Comerciais-Partilha nos Mesmos Termos; (7) O depósito do material é finalizado, podendo se necessário, realizar correções nos metadados; (8)

Após conferência, o material é disponibilizado no repositório para o público.

Segundo Entrevistado1, os materiais submetidos são elaborados pelos professores e tutores dos cursos a distância, ou pelos membros da equipe de produção da secretaria de educação a distância. Entrevistado2 complementa que os materiais publicados no repositório são recursos educacionais produzidos para os cursos oferecidos na modalidade EaD da instituição. E que todos os materiais são produzidos pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, em parceria com as equipes da unidade responsável pelo repositório.

Para os materiais serem depositados no repositório, Entrevistado2 afirma que os autores são convidados a assinar um termo de cessão de direitos autorais patrimoniais e de autorização da publicação de cada material no repositório, sob a licença Creative Commons na modalidade Atribuição-Uso Não Comercial-Partilha nos Mesmos Termos, a qual demanda a referência dos autores dos materiais, proibindo o uso comercial da obra, e que ao ser reutilizados, utilizar a mesma licença do material original.

Pode-se afirmar que a política de submissão dos objetos de aprendizagem não é mandatória, ou seja, os autores não são obrigados pela instituição a depositar os materiais no repositório digital. A catalogação desses materiais é realizada pelo profissional responsável pelo repositório, com o apoio de especialistas na área, que realizam uma pré-catalogação do material, indicando palavras-chave e resumo de cada item.

Quanto ao conteúdo, os tipos de objetos de aprendizagem que são depositados no repositório digital são: vídeos, áudios, ilustrações, textos, apresentações, animações, jogos, softwares, aplicativos e livros digitais. Esses materiais são organizados por coleções temáticas, ou seja, por tipos de materiais e com base nas disciplinas e cursos ofertados pela instituição.

Referente aos aspectos legais do repositório digital, quando questionados sobre a necessidade de autorizações especiais, ou seja, àquelas que devem ser utilizadas na concessão de direitos autorais de alguns materiais como teses e dissertações, houve as seguintes respostas: Entrevistado1 respondeu que todos os materiais precisam desse tipo de autorização, justificando que “todos os materiais precisam de autorização para depósito. Contudo, essa autorização segue sempre o mesmo padrão”. Entrevistado2 respondeu que as videoaulas precisam de autorização especial, pois “além do termo de cessão, é necessária um termo de autorização de uso de imagem”. Percebe-se que as respostas se complementam, e que, nesse caso, o ideal seria promover discussões para analisar a necessidade de quais materiais precisam do uso de autorização especial para ser depositado no repositório.

Quando os autores permitem a publicação dos materiais no repositório, esses ficam sob a licença Creative Commons na modalidade Atribuição-Use Não Comercial-Partilha nos Mesmos Termos, permitindo que outras pessoas reutilizem, remixem, sem fins lucrativos e com a devida referência do autor do material.

Na instituição entrevistada, os autores são consultados a autorizar a publicação de seu material no repositório a cada lote desses materiais de sua autoria, que geralmente são submetidos de acordo com a disciplina ofertada. Desse modo, os autores são consultados no início da disciplina ou quando solicitam o apoio das equipes de produção da unidade responsável pelo repositório para preparação de novos materiais, sendo avisados com antecedência quais materiais serão utilizados na disciplinas, como também o prazo de entrega desses materiais.

Sobre a política de direitos autorais do repositório da instituição entrevistada, Entrevistado1 diz que se o repositório contém algum material que sofra violação de direitos autorais, o item será removido imediatamente. Entrevistado2 diz que qualquer violação de direitos autorais é de total responsabilidade dos autores. Lembrando que o autor ou detentor do copyright do material tem que notificar o responsável pelo repositório para retirá-lo do ambiente digital, e o item será removido.

Sobre o descarte dos materiais do repositório, Entrevistado1 respondeu que é feito de forma permanente, com o item excluído do sistema do repositório. Entrevistado2 respondeu que é feito de forma parcial, com o item ocultado para o público, sendo que somente o gerenciador do sistema do repositório tenha acesso. Percebe-se que esse ponto tem que ser melhor discutido na política de acesso aberto do repositório, para esclarecer ao autor o processo de descarte dos materiais, evidenciando se há cópias armazenadas, mesmo que não publicadas.

Quanto à questão de embargo dos materiais no repositório digital devido às questões de direitos autorais, os itens com restrições de acesso não podem ser depositados no repositório até o período de embargo expirar.

Sobre as dificuldades referentes às questões de direitos autorais encontradas para depositar os objetos de aprendizagem no repositório digital, Entrevistado1 comenta que geralmente, a maior dificuldade é o receio por parte dos pesquisadores em não poderem publicar após o material ter sido disponibilizado no repositório previamente. Entrevistado2 comenta que “há alguma dificuldade no contato e retorno dos autores, embora a cessão de direitos autorais seja uma exigência da instituição de fomento (CAPES/MEC)”.

Para amenizar essas dificuldades apontadas, a instituição entrevistada vem trabalhando em algumas soluções, como buscar aproximar o máximo possível o

momento da produção do material com o da disponibilização no repositório digital, e maior divulgação do repositório digital da instituição e para promover sensibilização da comunidade sobre a importância dos recursos educacionais abertos.

Referente à preservação dos materiais, o repositório digital garante a sua leitura e seu acesso contínuo por migração dos itens para novos formatos de arquivo, quando necessário, podendo não ser possível garantir a legibilidade de alguns formatos de arquivo incomuns, mas, sempre que possível, as emulações de software serão fornecidas para acessar os formatos não migrados; e pelo registro dos metadados, que facilita a recuperação do arquivo.

Quando questionados sobre se há diferenças entre a política de acesso aberto entre um repositório específico para EaD e um repositório que abrange vários setores da instituição, Entrevistado1 respondeu que não vê diferenças, pois entende que a política deve ser voltada ao fato de que o repositório é de acesso aberto do que ao tema ao qual ele está inserido. Entrevistado2 vê diferenças em relação aos autores que possuem autorização para publicação no repositório e também no fluxo de seleção de materiais, avaliação, catalogação e depósito.

Desse modo, percebe-se que as respostas se complementam, e que o foco da política do repositório deve estar no acesso aberto, mas seus detalhes são impostos pelo tema ao qual está inserido o repositório, definindo a forma que será realizada a sua política.

Com essas respostas, pode-se compreender que as principais características do perfil da política de acesso aberto do repositório digital de EaD da instituição participante possui acesso totalmente aberto aos materiais depositados; há a utilização de licenças Creative Commons, com a opção de proibir o uso comercial dos materiais no repositório; e há realização de consulta aos autores para permitirem a publicação de seus materiais no repositório digital. Com isso, percebe-se que a instituição participante está empenhada em construir sua política de acesso aberto de modo que traga benefícios a toda comunidade.

Comparando as respostas de Entrevistado1 e Entrevistado2 com os subsídios encontrados na literatura científica, foram identificadas alternativas para enfrentar as dificuldades de depósitos de materiais pelos autores em repositórios digitais de acesso aberto, como divulgar amplamente os conceitos de acesso aberto na instituição, bem como os propósitos do repositório digital; negociar os direitos autorais com as editoras, autores e relacionados; e promover conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da utilização dos recursos educacionais abertos.

Também é possível concluir que a política de direito autoral deve evidenciar o

regime de compartilhamento e suas implicações, explicando como o autor depositará seu material, que no caso é o de acesso aberto. O regime de acesso aberto indica que os materiais depositados no repositório podem ser utilizados por qualquer pessoa para quaisquer fins (educacionais, pesquisa, privado, pessoais, etc), desde que não comerciais. É importante também evidenciar quem é o responsável pela infração dos direitos autorais, e como prevenir entraves com questões legais referentes à propriedade intelectual dos materiais depositados no repositório, sendo interessante a elaboração de uma lista de perguntas mais frequentes (FAQ) para sanar essas dúvidas; um manual interno dos processos de cadastramento dos materiais, incluindo indexação, catalogação, contato com os autores, entre outros, para auxiliar no gerenciamento do repositório; e um manual disponibilizado ao público com informações sobre como usar corretamente os materiais do repositório sem desrespeitar os direitos autorais.

Por se tratar de um repositório de EaD, é interessante que se tenha todos os materiais disponibilizados na íntegra, para ser mais uma forma valorosa de auxílio aos usuários, como discentes, docentes e interessados, mas nem sempre essa situação é possível, devido às restrições referentes às questões legais envolvidas. Leite (2009, p. 75) destaca que:

[...] os direitos autorais patrimoniais de parte dos conteúdos, especialmente artigos publicados em periódicos científicos, são de propriedade de editores científicos. Porém, isso não impede que sejam depositados se estiverem sob restrição de acesso. Assim, os metadados que descrevem conteúdos restritos podem também ser coletados. Portanto, no que diz respeito ao povoamento do repositório institucional, é importante enfatizar que os esforços da equipe devem ser direcionados para o depósito de toda a produção científica, e não para a irrestrita disponibilização e distribuição na Internet.

Portanto, somente o depósito da produção acadêmica dos cursos da EaD da instituição no repositório já possibilita aos usuários a coleta dos metadados que descrevem seus conteúdos, aumentando a visualização dos materiais da instituição.

Outro ponto relacionado ao processo de inserção de materiais no repositório digital da instituição, refere-se a como os autores disponibilizam-nos para o repositório. Como dito anteriormente, no caso da instituição participante dessa pesquisa, os autores são convidados a depositarem seus materiais, e somente com o seu aceite, os materiais são publicados no repositório digital para EaD da instituição. Porém, esse método não garante que toda produção acadêmica esteja disponível para consulta no repositório digital. Rodrigues (2009, p. 9) acredita que para povoar o repositório há necessidade de se implantar políticas mandatórias para se aproximarem da totalidade da produção acadêmica depositada no repositório da instituição, e afirma que “grandes instituições

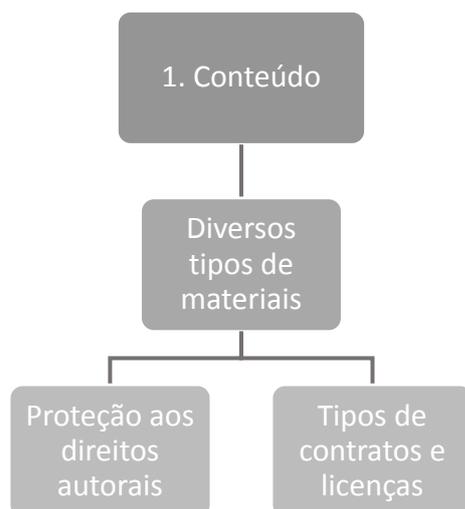
de referência como o MIT, várias Faculdades da Universidade de Harvard e Stanford, adotaram políticas que incluem o depósito obrigatório em Open Access das publicações dos seus membros”.

Desse modo, considera-se que temas como direitos autorais da produção acadêmica e o caráter mandatório da política de depósito em repositórios digitais de acesso aberto devem ser levantados e amplamente debatidos entre os profissionais responsáveis pelo repositório, professores, alunos, autores, comunidade acadêmica da instituição para decidirem quais os aspectos relevantes que melhor se enquadram no seu contexto, definindo os princípios norteadores da política de acesso aberto de seu repositório.

4.3 Subsídios Identificados com a Realização da Pesquisa

Com a realização da análise de conteúdo e da pesquisa de campo na instituição participante, foi possível identificar subsídios que auxiliam instituições a definir sua política de acesso aberto para repositórios digitais. Esses subsídios estão divididos em três níveis: (1) Decisões que precisam ser tomadas; (2) Opções em cada uma dessas decisões; (3) Implicações de cada uma dessas opções. Esses tópicos são apresentados a seguir:

Figura 6 – Decisão 1: Conteúdo do repositório



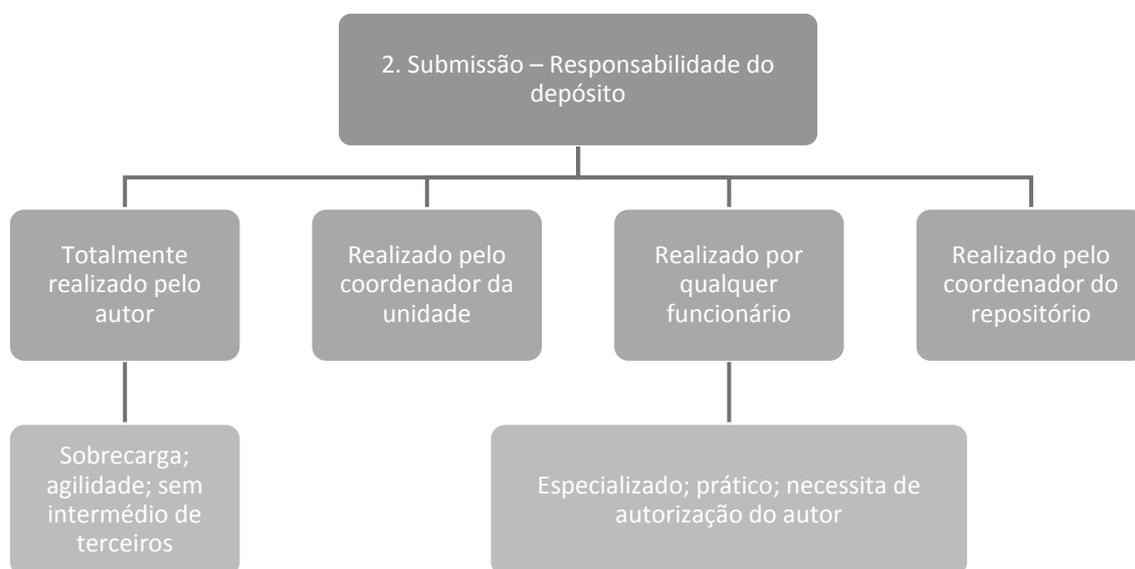
Fonte: Autoria própria.

A figura 6 apresenta a decisão 1 que se refere ao conteúdo do repositório, como explicado a seguir:

- Decisão 1: Conteúdo do repositório

- Opções: (a) Livros digitais; (b) Videoaulas; (c) Áudios; (d) Ilustrações; (e) Webconferências; (f) Textos; (g) Apresentações; (h) Teses e dissertações; (i) Apostilas.
 - Implicações: Dependendo do tipo de material, será necessário averiguar a forma adequada para sua proteção aos direitos autorais, e quais contratos e licenças serão utilizados. Por exemplo, as videoaulas precisam de licenças especiais para serem disponibilizadas no repositório, como autorização de cessão de imagem e voz.

Figura 7 – Decisão 2: Submissão dos materiais - Responsabilidade do depósito



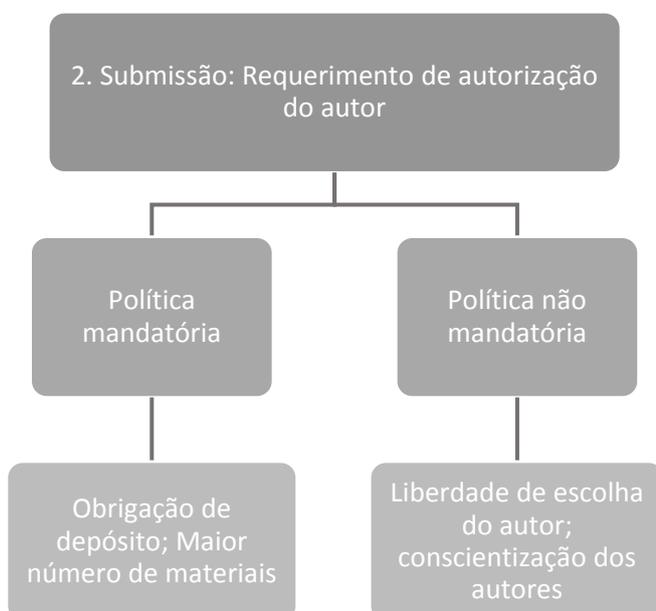
Fonte: Autoria própria.

A figura 7 apresenta a decisão 2 que se refere à submissão dos materiais, como explicado a seguir:

- Decisão 2: Submissão dos materiais
 - Responsabilidade do depósito
 - Opções: (a) Totalmente realizado pelo autor ou seu representante, (b) O autor envia os objetos de aprendizagem para o coordenador da unidade responsável pelo repositório para depositá-los. (c) Qualquer funcionário da unidade responsável pela EaD; (d) Apenas o coordenador responsável pelo repositório.
 - Implicações: (a) centralizar todo o processo de depósito

dos materiais no próprio autor pode dificultar o envio ao repositório, mas pode deixá-lo mais ágil, pois o próprio interessado faz o depósito, publicando seu trabalho no local que considerar adequado, sem intermediação de terceiros; (b, c, d) permitir que o processo de depósito seja de responsabilidade dos funcionários do repositório pode deixar o processo mais especializado e prático no ponto de vista do autor, necessitando no processo de depósito que o responsável pelo material autorize sua submissão no repositório.

Figura 8 – Decisão 2: Submissão dos materiais - Requerimento de autorização do autor



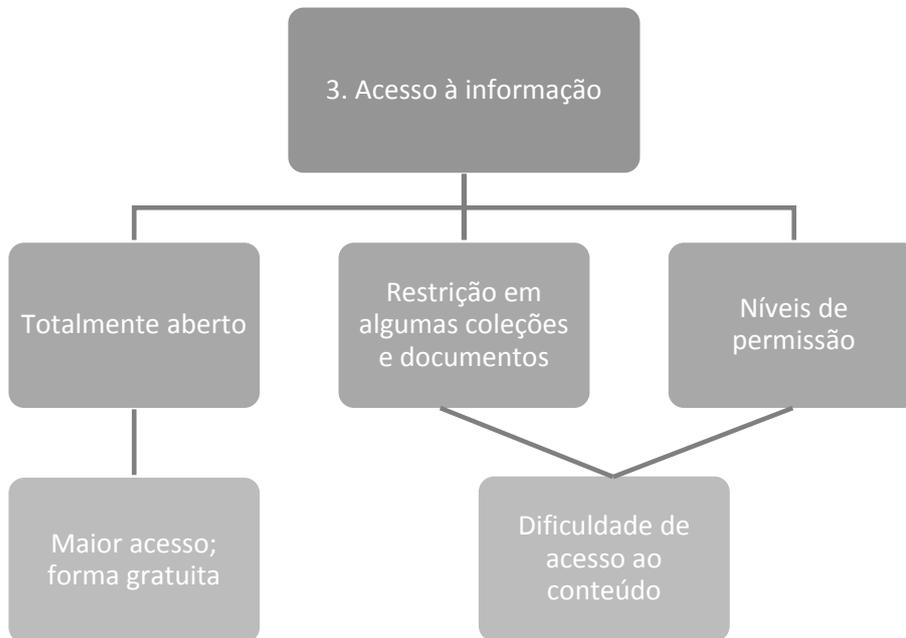
Fonte: Autoria própria.

A figura 8 apresenta a continuação da decisão 2, e se refere à submissão dos materiais quanto ao requerimento de autorização, como explicado a seguir:

- Requerimento de autorização do autor
 - Opções: (a) mandatória; (b) não mandatória.
 - Implicações: (a) os autores são obrigados a depositar os materiais elaborados no âmbito da universidade no repositório, resultando em um número maior de materiais depositados; (b) preserva a liberdade de escolha do autor, e depende de conscientização dos autores sobre acesso

aberto para que seus materiais sejam publicados no repositório.

Figura 9 – Decisão 3: Acesso à informação

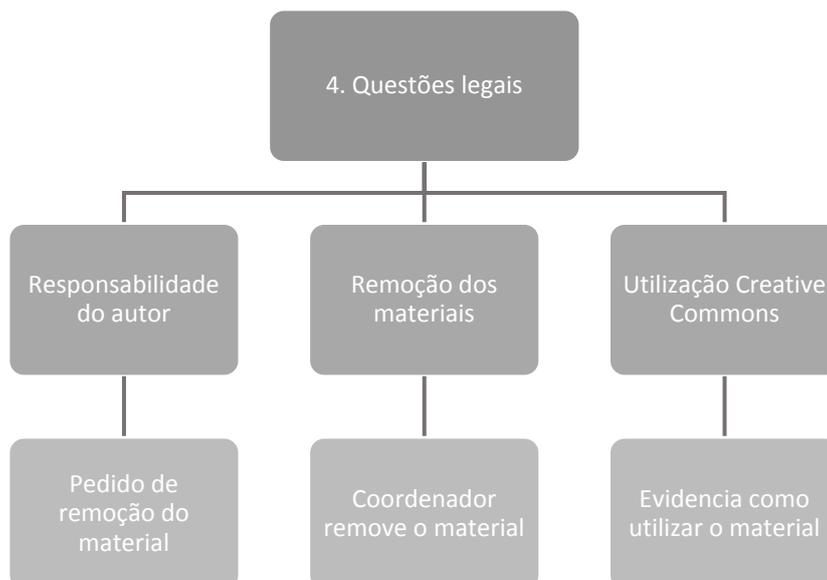


Fonte: Autoria própria.

A figura 9 apresenta a decisão 3 que se refere ao acesso à informação, como explicado a seguir:

- Decisão 3: Acesso à informação
 - Opções: (a) Totalmente aberto; (b) Com restrição à algumas coleções e documentos; (c) Com níveis e permissões para coleções e documentos;
 - Implicações: (a) com o acesso totalmente aberto ao repositório, mais pessoas acessarão o conteúdo de forma gratuita, aumentando a visibilidade dos materiais do repositório. (b, c) Se há algum tipo de restrição ao acesso, conseqüentemente, dificultará a utilização do conteúdo do repositório.

Figura 10 – Decisão 4: Questões legais



Fonte: Autoria própria.

A figura 10 apresenta a decisão 4 que se refere às questões legais, como explicado a seguir:

- Decisão 4: Questões legais
 - Opções: (a) Qualquer violação de direitos autorais é de total responsabilidade dos autores/depositantes; (b) Se o repositório tiver algum material que sofra violação de direitos autorais, o item será removido imediatamente; (c) Utilização de licenças Creative Commons.
 - Implicações: (a) O autor é totalmente responsabilizado pela violação de direito autoral do material depositado no repositório; (b) O repositório é responsabilizado também, e o coordenador assim que notificado, irá remover o material com violação de direito autoral do repositório; (c) A utilização de licenças Creative Commons evidencia como o autor quer que o material depositado no repositório seja utilizado, mas não substitui o uso da lei de direitos autorais.

Figura 11 – Decisão 5: Organização dos Materiais no Repositório

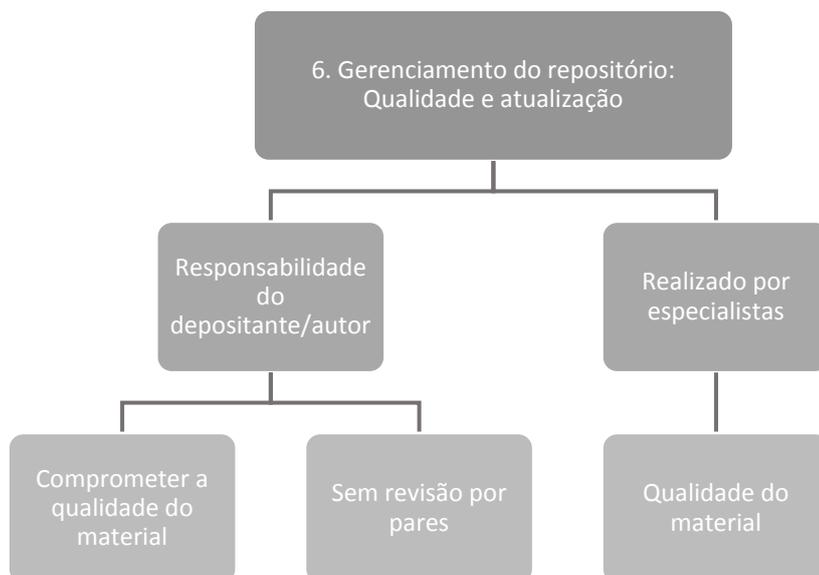


Fonte: Autoria própria.

A figura 11 apresenta a decisão 5 que se refere à organização dos materiais no repositório, como explicado a seguir:

- Decisão 5: Organização dos materiais no repositório
 - Opções: (a) Coleções pessoais, com base nos autores da instituição e suas comunidades; (b) Coleções temáticas, com base nas disciplinas e cursos ofertados pela instituição; (c) Conforme a estrutura da instituição, com base nos departamentos, faculdades, institutos, centros de pesquisa; (d) coleções com base nos cursos e tipos de materiais.
 - Implicações: (a) O usuário terá que realizar a busca no repositório a partir do nome do autor. Para facilitar essa busca, poderá conter uma lista com todos os nomes dos autores depositantes do repositório para o usuário escolher dentre eles; (b) O usuário terá que realizar sua busca a partir dos nomes das disciplinas ou cursos ofertados na instituição, podendo conter uma lista no campo de busca com os cursos e suas disciplinas correspondentes para escolha do usuário; (c) O usuário terá que realizar sua busca a partir da estrutura da instituição, podendo conter uma lista no campo de busca com os nomes dos departamentos, centros de pesquisa, entre outros para o usuário selecioná-las.

Figura 12 – Decisão 6: Gerenciamento do repositório - Formas de garantia de qualidade e atualização dos materiais

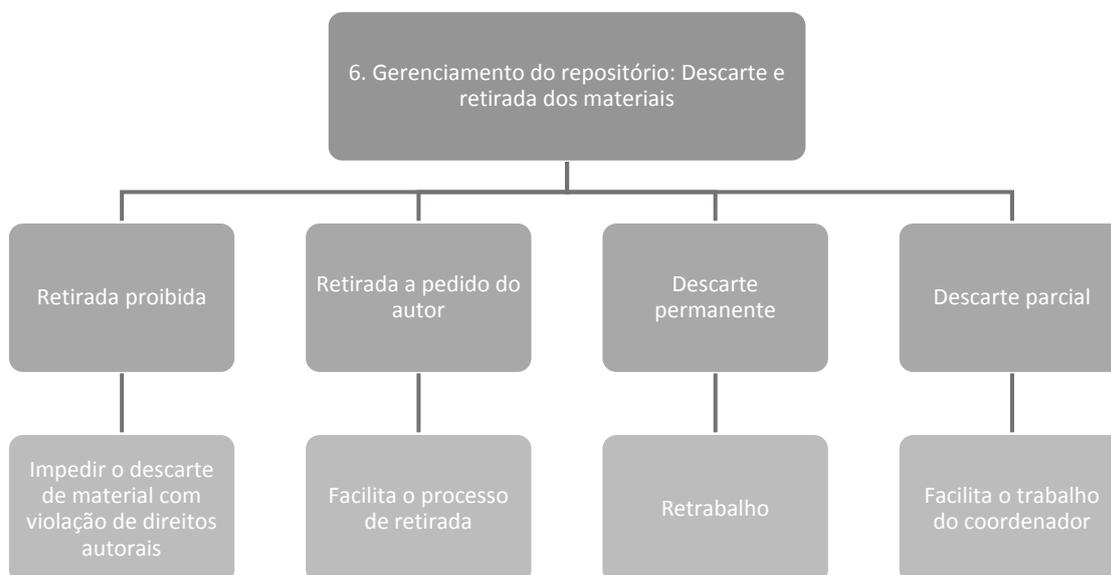


Fonte: Autoria própria.

A figura 12 apresenta a decisão 6 que se refere ao gerenciamento do repositório, como explicado a seguir:

- Decisão 6: Gerenciamento do repositório
 - Formas de garantia de qualidade e atualização dos materiais didáticos
 - Opções: (a) A validade e autenticidade do conteúdo de submissões são de exclusiva responsabilidade do depositante; (b) É realizado por especialistas da área.
 - Implicações: (a) Caso a responsabilidade de qualidade do material esteja centrada no autor, pode comprometer sua qualidade, pois não há revisão pelos pares; (b) Quando a avaliação do conteúdo é realizada por especialistas da área, confere maior qualidade ao material, pois garante que o material publicado foi revisado e atualizado.

Figura 13 – Decisão 6: Gerenciamento do repositório - Descarte e retirada dos materiais



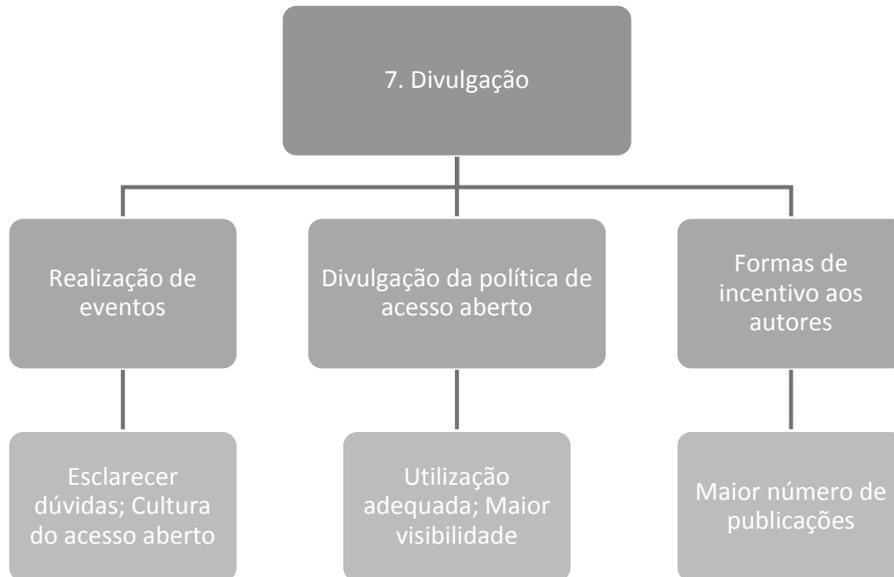
Fonte: Autoria própria.

A figura 13 apresenta a continuação da decisão 6, e se refere ao gerenciamento do repositório quanto ao descarte e retirada dos materiais, como explicado a seguir:

- Descarte e retirada dos materiais no repositório
 - Opções: (a) Os itens não podem ser removidos; (b) Os itens podem ser retirados a pedido do autor ou detentor do copyright; (c) O descarte é feito de forma permanente, com o item excluído do sistema do repositório; (d) O descarte é feito de forma parcial, com o item ocultado para o público, e somente o gerenciador do sistema do repositório tem acesso;
 - Implicações: (a) Caso os itens não possam ser removidos do repositório, podem acarretar problemas futuros quando houver algum material com violação de direitos autorais; (b) Facilita o processo de retirada dos materiais a pedido dos autores; (c) Caso seja necessário incluir o item novamente no repositório, pode causar retrabalho, com a realização de todo o processo de depósito de materiais novamente; (d) Facilita o trabalho do coordenador do repositório, caso seja necessário disponibilizar novamente

o material no repositório.

Figura 14 – Decisão 7: Divulgação do repositório



Fonte: Autoria própria.

A figura 14 apresenta a decisão 7 que se refere à divulgação do repositório, como explicado a seguir:

- Decisão 7: Divulgação do repositório
 - Opções: (a) Realizar apresentações, palestras, cursos sobre acesso aberto; (b) Divulgar a política de acesso aberto do repositório; (c) Formas de incentivo aos autores para depositarem no repositório.
 - Implicações: (a) Estratégias para esclarecer dúvidas da comunidade da instituição, promovendo a conscientização e cultura do acesso aberto; (b) Com a política de acesso aberto disponível ao público, os usuários poderão saber como utilizar o repositório, conferindo também maior visibilidade ao seu conteúdo; (c) Com os autores conscientizados sobre o acesso aberto e motivados para submeter seus materiais, poderá haver maior quantidade de conteúdo disponível, e conseqüentemente, acessos ao repositório.

Figura 15 – Decisão 8: Preservação digital



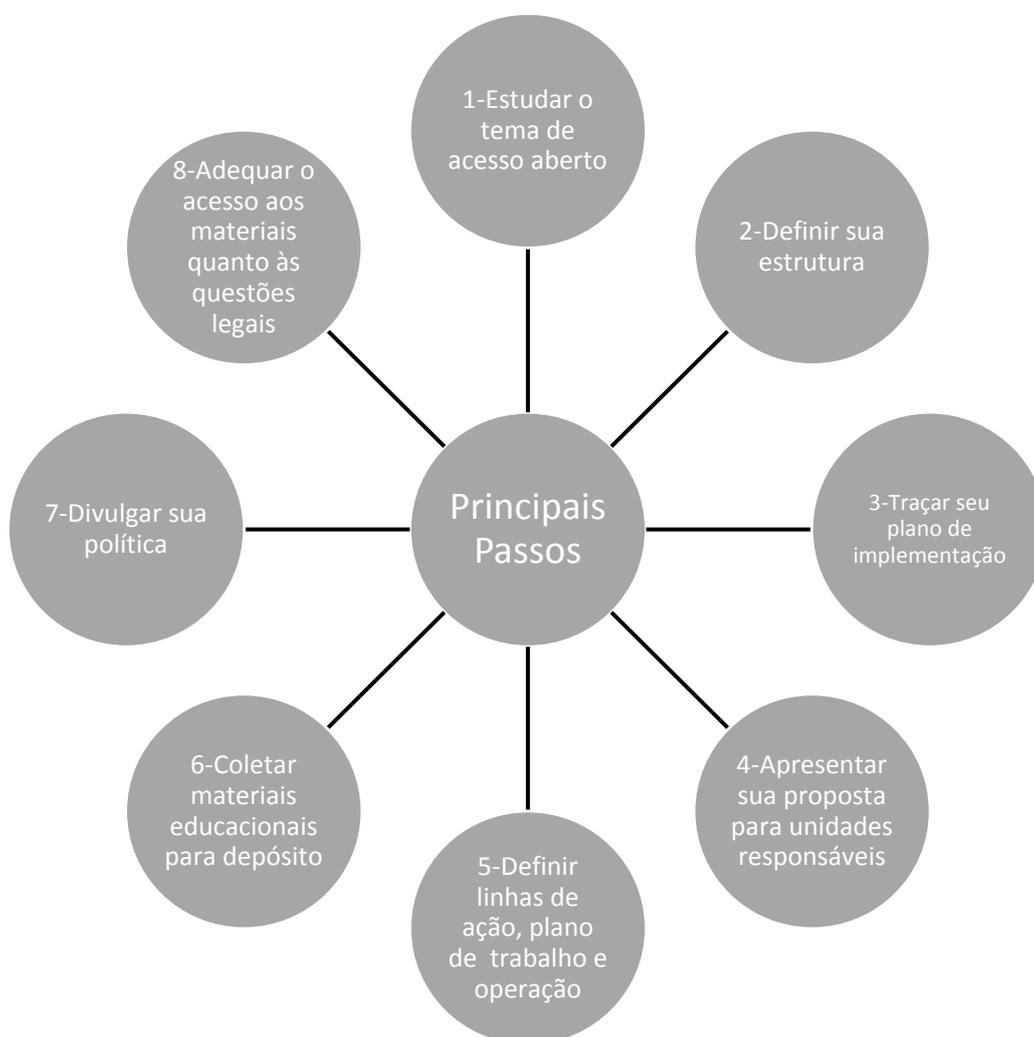
Fonte: Autoria própria.

A figura 15 apresenta a decisão 8 que se refere à preservação digital, como explicado a seguir:

- Decisão 8: Preservação digital
 - Opções: (a) Os itens são migrados para novos formatos de arquivo; (b) As emulações de software são fornecidas para acessar os formatos de arquivos não migrados; (c) É feito o registro dos metadados dos arquivos;
 - Implicações: A migração para novos formatos de arquivo é importante para que o usuário possa acessar o material em vários tipos de formatos. O registro dos metadados confere que o usuário tenha acesso às informações básicas do material, como título, autor, ano, possibilitando que este possa ser procurado em outro local.

Como complemento para elaboração do documento final da política de acesso aberto do repositório digital, após as decisões serem tomadas pelos gestores de repositórios digitais, pode-se destacar que os principais passos para sua construção, apontados na análise de conteúdo e na pesquisa de campo, estão representados na figura 16, a seguir:

Figura 16 – Principais passos para elaboração do documento final da política de acesso aberto para repositório digital (após tomada de decisões)



Fonte: Autoria própria.

O detalhamento dos passos apresentados na figura 16 é exposto a seguir:

1 – Estudar o tema de acesso aberto no contexto global e nacional: analisar iniciativas nacionais e internacionais a partir de revisão de literatura de autores relevantes, realização de visitas técnicas e promover eventos científicos com a participação de especialistas da área para possibilitar o aprendizado e conscientização do acesso aberto para a comunidade da instituição;

2 – Definir a estrutura da política de acesso aberto do repositório: definir os assuntos que serão contemplados na política de acesso aberto do repositório para EaD da instituição, como conteúdo, submissão de materiais digitais, acesso à informação, aspectos legais dos materiais digitais, formas de organização dos materiais digitais,

gerenciamento, divulgação e preservação digital, juntamente com os profissionais responsáveis pelo repositório. Para cada assunto abordado no documento da política de acesso aberto, pode-se considerar as oito decisões apontadas com essa pesquisa, para auxiliar na construção da política de acesso aberto do repositório digital;

3 – Traçar o plano para implementação da política de acesso aberto: implica em periodizar, definir etapas, ações, metodologias, instrumentos para registrar os materiais e identificar recursos humanos e financeiros para sua construção. Realizando, se necessário, reuniões para análise e discussão de cada etapa para posteriores ajustes;

4 – Apresentar a proposta de política de acesso aberto para as unidades responsáveis pela EaD da instituição: após a redação final do documento da política de acesso aberto do repositório para EaD da instituição, apresentar a proposta para fins de aprovação para ser implementada e executada e divulgada para a comunidade acadêmica;

5 – Definir linhas de ação, plano de trabalho e operação da política de acesso aberto do repositório: após sua aprovação, é necessário implantar efetivamente a política de acesso aberto para garantir a utilização do repositório para todos de forma livre, disponibilizando os materiais produzidos aos cursos para EaD, oferecendo maior visibilidade à produção acadêmica da instituição;

6 – Coletar os materiais educacionais para depósito no repositório: contatar os autores para autorização de publicação dos materiais produzidos para os cursos de EaD dos materiais. Após o aceite, catalogar e indexar esses materiais no repositório, organizando-os por cursos, de modo a facilitar e promover sua recuperação. Esse processo é contínuo, de forma a aumentar o número de materiais educacionais digitais disponíveis e atualizar o repositório.

7 – Divulgar a política de acesso aberto do repositório: para o amplo acesso ao repositório digital, é necessário divulgar nas unidades da instituição, nas instituições parceiras e para a sociedade, como se dá o acesso aberto por meio da sua política. Para isso, é interessante realizar, periodicamente, campanhas para diferentes públicos e por diversos veículos para promover a conscientização e cultura do acesso aberto, incluindo apresentações, palestras, cursos para esclarecer os pesquisadores como publicar sob esse regime, e também capacitar os profissionais da área para a gestão

dos repositórios de acesso aberto.

8 – Adequar juridicamente o acesso aos materiais educacionais referentes às questões legais pertinentes: caso necessário, identificar e elaborar instrumentos de transferência de direitos autorais, juntamente com a unidade jurídica da instituição, para implementação da política de acesso aberto vigente.

Acredita-se que os subsídios elencados nesse capítulo, auxiliem na definição de política de acesso aberto e elaboração de seu documento final, quanto aos seguintes aspectos: conteúdo; submissão dos materiais; acesso à informação; questões legais; formas de organização dos materiais; gerenciamento; divulgação e preservação digital.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento e integração de tecnologias de informação e comunicação ampliaram os limites do processo da aprendizagem, rompendo as fronteiras tradicionais entre as pessoas, diminuindo as distâncias de tempo e espaço, proporcionando maior autonomia para aprender sobre diversos temas. Esse avanço tecnológico permitiu a apropriação da informação necessária a qualquer momento, gerando conhecimento para o desenvolvimento pessoal e profissional da sociedade. Nesse contexto, os repositórios digitais para EaD realizam a promoção do aprendizado, pois armazenam e disponibilizam conteúdos educacionais, facilitando sua busca e utilização. Para ampliar o acesso ao repositório e possibilitar o uso gratuito de seu conteúdo, é importante que o repositório digital tenha uma política de acesso aberto adequada e que procure abranger, principalmente, as políticas de submissão, de conteúdo, de acesso à informação, direitos autorais e preservação digital.

A partir do cenário obtido no referencial teórico sobre a política de acesso aberto em repositórios digitais de objetos de aprendizagem brasileiros, onde diz que o número de repositórios com suas políticas de acesso aberto definidas é pouco expressivo, verificou-se a necessidade de realizar um estudo para identificar subsídios que auxiliem na elaboração de políticas de acesso aberto aos conteúdos educacionais disponibilizados em repositórios no contexto da EaD, sendo esse o principal objetivo dessa pesquisa.

Nesse contexto, essa pesquisa pretendeu responder as seguintes questões: Como elaborar uma política de acesso aberto aos conteúdos digitais em repositórios para educação a distância? Quais decisões precisam ser tomadas para sua elaboração? Quais são as alternativas que auxiliam sua elaboração? Quais as implicações dessas alternativas?

Para responder as questões de pesquisa propostas, buscou-se atingir o objetivo geral dessa pesquisa por meio de quatro objetivos específicos, a seguir:

O primeiro objetivo específico proposto foi mapear na literatura científica os principais estudos e conceitos já abordados sobre o acesso aberto e suas políticas em repositórios digitais com materiais didáticos para EaD. Esse objetivo foi atingido realizando a pesquisa bibliográfica e revisão sistemática para estudar os conceitos relacionados ao acesso aberto aos conteúdos educacionais na EaD, como: objetos de aprendizagem, políticas de acesso aberto, propriedade intelectual, repositórios de recursos educacionais abertos e educação a distância.

O segundo objetivo específico foi analisar os estudos encontrados para identificar diretrizes das políticas de acesso aberto para repositórios digitais no contexto da EaD. Esse objetivo foi atingido com a realização da análise de conteúdo nos documentos encontrados com a revisão sistemática, proporcionando a percepção dos subsídios mais abordados nos documentos. Os subsídios encontrados nos documentos foram elencados e sintetizados nos quadros 8 e 9 deste trabalho.

O terceiro objetivo específico foi realizar pesquisa de campo em instituição de ensino superior que ofereça cursos na modalidade EaD, buscando identificar as principais diretrizes utilizadas nessa instituição, referentes à política de acesso aberto. Esse objetivo foi atingido com a realização de pesquisa de campo por meio de aplicação de questionário para os profissionais responsáveis pelo repositório para EaD da instituição participante. As respostas ao questionário possibilitaram a abordagem de vários aspectos e pontos de vista sobre a construção da política de acesso aberto de repositório digital.

E o quarto objetivo específico foi sistematizar os dados e propor um conjunto de diretrizes que auxiliem instituições a construir sua política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem disponibilizados em repositórios digitais no contexto da EaD. Esse objetivo também foi atingido, pois com a combinação dos subsídios encontrados nos documentos com a análise de conteúdo e com as respostas ao questionário com a pesquisa de campo possibilitou na identificação das decisões que precisam ser tomadas para auxiliar instituições na construção de política de acesso aberto de repositórios digitais, apresentando suas opções e implicações.

Os principais resultados obtidos foram os tópicos de decisão para auxiliar na elaboração de uma política de acesso aberto para repositórios digitais no contexto da EaD, como: (a) Conteúdo: tipos de materiais depositados no repositório; (b) Submissão dos materiais: responsável pelo depósito dos materiais, requerimento de autorização prévio do autor, entrada de metadados obrigação de depósito de materiais dos autores no repositório; (c) Acesso à informação: restrições e níveis de acesso, acesso livre; (d) Questões legais aos materiais: direitos autorais, tipos de materiais a ser depositados e consultados na íntegra; (e) Comunidades e coleções: organização dos materiais no repositório; (d) Gerenciamento: descarte ou retirada de itens, atualização dos materiais; (e) Divulgação: estratégias para esclarecer dúvidas da comunidade da instituição, formas de incentivo aos autores para depositar materiais no repositório; (f) Preservação digital: formatos de arquivos que serão suportados no repositório.

As diretrizes identificadas podem contribuir na elaboração de política de acesso aberto para repositórios no contexto da EaD, como também podem ser estendidas para

diversos tipos de repositórios, desde que feitas as adequações necessárias ao escopo do repositório.

Acredita-se que essa pesquisa respondeu as questões propostas, avançando no quesito de evidenciar os subsídios que auxiliam na elaboração de políticas de acesso aberto para repositórios digitais no contexto da EaD. No entanto esta pesquisa não teve a pretensão de se esgotar o assunto, cabendo outros estudos para complementar o tema.

Com os resultados dessa pesquisa, espera-se que as informações reunidas ofereçam diretrizes para o desenvolvimento de uma política de acesso aberto aos repositórios de recursos educacionais abertos no contexto da EaD, e sirva como um modelo para as instituições adaptarem de acordo com as suas necessidades. Desse modo, cada vez mais pessoas poderão utilizar esses materiais, garantindo o acesso à informação, a disponibilidade do conhecimento e a transmissão da cultura para as gerações futuras.

A política de acesso aberto de repositório digital de uma instituição é um instrumento dinâmico, por esse motivo, ressalta-se que em razão da sua relação direta com a gestão administrativa vigente, com os avanços das tecnologias empregadas, bem como a sua suscetibilidade às mudanças legislativas e comerciais de contratos e licenças utilizados, há necessidade contínua de se atualizar esses estudos em resposta às alterações dos objetos analisados, acompanhando questões referentes ao fortalecimento da cultura institucional de compartilhar o conhecimento, ampliando debates sobre o acesso aberto; e ao incentivo à utilização dos recursos educacionais abertos por meio dos repositórios digitais. Ressalta-se também, que a abordagem utilizada para encontrar as diretrizes dessa pesquisa, baseou-se em modelos consolidados na literatura científica no contexto da EaD e do acesso aberto, podendo ser reaproveitados em pesquisas futuras sobre a mesma temática.

Como limitação dessa pesquisa, os subsídios encontrados para auxiliar na construção de política de acesso aberto para repositórios digitais, restringem-se aos estudos analisados e à pesquisa de campo realizada na instituição participante, oferecendo uma visão das necessidades da instituição participante, juntamente com o conteúdo dos textos encontrados.

Conforme debatido nesse trabalho, os tópicos abordados podem ser de grande importância para a área, se caracterizando como um campo interessante de pesquisa para futuros trabalhos a relação entre EaD e acesso aberto em repositórios digitais de recursos educacionais produzidos nos cursos a distância, ressaltando a importância de disponibilizar livremente o conteúdo educacional produzido na instituição, e

evidenciando sua política de acesso aberto para propiciar o compartilhamento dos materiais utilizados pelos alunos e professores.

Percebe-se também a importância de se analisar em trabalhos futuros a perspectiva dos professores autores, que são maioria nos repositórios digitais para EaD, quanto ao funcionamento das políticas de acesso aberto para esse tipo de repositório. Como também a necessidade de comparar as políticas de acesso aberto dos repositório digitais de instituições nacionais, públicas e particulares, a fim de se obter um quadro dos processos de construção, desenvolvimento e atuação em comum.

REFERÊNCIAS

ABADAL, E. Gold or green: the debate on Open Access policies. **Int. Microbiol.** v. 16, 2013, p. 199-203. Disponível em: <<http://revistes.iec.cat/index.php/IM/article/viewFile/74112/73866>>. Acesso em: jun. 2014.

ABADAL, E. et al. Open access policies in Spanish universities. **Revista Espanola De Documentacion Cientifica**, v. 36, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/789/922>>. Acesso em: jun. 2014.

ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 9-13.

ARCA. Repositório institucional da Fiocruz. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/reposit%C3%B3rio-institucional-arca>>. Acesso em: set. 2014.

ARETIO, L. G. **La Educación a distancia: de la teoría a la práctica**. Barcelona: Ariel, 2002.

ARRABAL, A. K. **Apontamentos sobre a propriedade intelectual de software**. Editora Diretiva, 2008. Disponível em: <<http://www.editoradiretiva.com.br/public/isbn9788598871141.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARTON, M. R.; WATERS, M. M. **Creating an institutional repository**. Cambridge: MIT, 2004. LEADIRS workbook. Disponível em: <<http://www.dspace.org/implement/leadirs.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BIOE. Banco Internacional de Objetos de Educacionais. Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2014.

BLATTMANN, U. **Modelo de gestão da informação digital online em bibliotecas acadêmicas na educação à distância: biblioteca virtual**. 2001. 187 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/9976/1/Ursula_Dr.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

BRANCO JÚNIOR, S. V. **Direitos autorais na internet e uso de obras alheias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2832/Sergio%20Branco%20-%20Direitos%20Autorais%20na%20Internet.pdf%3Bjsessionid=38CA1B551EF5867560D57DD84A995971?sequence=1>>. Acesso em: fev. 2014.

BRASIL. Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). O que é direito autoral. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/direito-autoral/o-que-e-direito-autoral/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). Direitos autorais. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/direitos-autorais>>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo de Educação Superior 2010**: divulgação dos principais resultados do censo da Educação Superior 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9332&Itemid>. Acesso em: maio 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2011. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.279, 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.609, 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm>. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9610.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

CANADÁ. Supreme Court of Canada. *Théberge v. Galerie d'Ardu Petit Champlain inc.* Disponível em: <<http://scc.lexum.umontreal.ca/en/2002/2002scc34/2002scc34.html>>. Acesso em: maio 2013.

CARLOS, K. V.; FERRARI JÚNIOR, R. Gestão do conhecimento na educação a distância: uma abordagem sobre as conversões do conhecimento. 2013. In: HOFFMANN, W. A. M. (Org.). **Gestão do conhecimento**: diferentes abordagens. São Carlos: Pedro e João, 2014. p. 169-183.

CARLOS, K. V.; FERRARI JÚNIOR, R.; GRACIOSO, L. de S. Propriedade Intelectual na Educação a Distância: uma abordagem da Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2013. In: HOFFMANN, W.; MIOTELLO, V. (Org.). **Diálogos em Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Carlos: Pedro e João, 2013. p. 185-208.

CARRARO, P. R.; ROSA, C. P. P. B. Análise da produção científica sobre a educação a Distância no Brasil, em periódicos de 2000 a 2010. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n. 2, p. 38-53, ago./dez. 2013. Disponível em: <<http://uniseb.com.br/presencial/revistacientifica/arquivos/jul-4.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CREATIVE COMMONS. Disponível em: <<https://creativecommons.org/>>. Acesso em: set. 2014.

DE ANGELO, C. **Marcas**: anotações práticas e teóricas ao código da propriedade industrial, artigos 122 a 128: doutrina, comentários, legislação, modelos práticos. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 2000.

DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106.

DUFFY, M. E. **Methodological triangulation**: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. *Journal of Nursing Scholarship*, p. 130-133, 1987.

ERIC. Education Resources Information Center. Disponível em: <<http://eric.ed.gov/>>. Acesso em: fev. 2014.

FABBRI, S. C. P. F. et al. Externalising tacit knowledge of the systematic review process. **IET Softw.**, v. 7, n. 6, p. 298–307, ago. 2013. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=6680572&tag=1>>. Acesso em: jun. 2014.

FALCÃO, J.; LEMOS, R.; FERRAZ JUNIOR, T. **Direito do Software livre e a administração pública**. Ed. lúmen Júris, 2007.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Creative Commons: Alguns direitos reservados. Disponível em: <<http://diretorio.fgv.br/projetos/creative-commons-alguns-direitos-reservados>>. Acesso em: 20 set. 2014.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e advocacy. In: MONTEIRO, M.; DIAS, R. di B.; CAMPOS, C. de. (Org.). **Novos horizontes em política científica e tecnológica**. Santo André: UFABC, 2013. p. 187-203.

GAMA J. G. de O. **Direito à Informação e Direitos Autorais**: desafios e soluções para os serviços de informação em bibliotecas universitárias. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, PUC, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=422>. Acesso em: 05 fev. 2014.

GONÇALVES, M. B. R. de O. A inserção da EAD em uma instituição de ensino convencional. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte, v. 2. São Paulo: Pearson, 2012. p. 294-302.

GUIMARÃES, L. B. Questões legais em EAD. In: OTSUKA, J. et al. (Org.). **Educação a distância**: formação do estudante virtual. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 95-110.

INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/portal/>>. Acesso em: jan. 2014.

ISSACK, S. M. OERs in Context: Case Study of Innovation and Sustainability of Educational Practices at the University of Mauritius. **European Journal of Open Distance and E-Learning**, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.eurodl.org/?p=current&article=419>>. Acesso em: jun. 2014.

KEATS, D. The road to Free and Open Educational Resources at the University of the Western Cape: a personal and institutional journey. **Open Learning: The Journal of Open, Distance and e-Learning**, v. 24, n. 1, 2009. p. 47-55. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02680510802627829>>. Acesso em: jun. 2014.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2008.

KING, C. et. al. **Scholarly Communication: academic values and sustainable models**. Center for Studies in Higher Education, University of California, 2006. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/4j89c3f7>>. Acesso em: set. 2014.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**, 2004.

KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1998.

KOUKOURAKIS, M. Greek academic repositories: policies for making available scientific and cultural content. In: KATSIRIKOU, A.; SKIADAS, C. (Ed.). **New trends in qualitative and quantitative methods in libraries**. World Scientific Publishing, 2012. p. 103-120. Disponível em: <http://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/9789814350303_0014>. Acesso em: jun. 2014.

KURAMOTO, H. **Fiocruz institui sua política de Acesso Aberto**, 2014. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2014/06/29/fiocruz-institui-sua-politica-de-acesso-aberto/>>. Acesso em: ago. 2014.

_____. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203-217.

KUSEKWA, L; MUSHOWANI, A. The open access landscape in Zimbabwe: the case of university libraries in ZULC. **Library Hi Tech**, v. 32, n. 1, p. 69-82. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/LHT-07-2013-0083>>. Acesso em: jun. 2014.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. IBICT, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>>. Acesso em: jun. 2014.

LEMONS, R. **Direito, tecnologia e cultura**. FGV, 2005. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/livro-direito-tecnologia-e-cultura-ronaldo-lemos>>. Acesso em: fev. 2014.

LISA. Livre Saber, Repositorio Digital de Materiais Didaticos. Secretaria Geral de Educação a Distância, UFSCar. Disponível em: <<http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/>>. Acesso em: abr. 2014.

LITTO, F. M. Recursos educacionais abertos. 2009. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MARCACINI, A.T. R. Propriedade Intelectual e a EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte, v. 2. São Paulo: Pearson, 2012. p. 334-339.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. F. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-22.

MATTAR, J. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAXWELL, Repositório Institucional da Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>>. Acesso em: abr. 2014.

MILL, D. A universidade aberta do Brasil. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2012. p. 280-291.

MONTEBELO, R. et al. STRAT (Systematic Review Automatic Tool): Uma Ferramenta Computacional de Apoio à Revisão Sistemática. Departamento de Computação – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2007. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/eselaw/2007/002.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

NEGRA, A. S.; SILVA, A. P. C. Perfil Bibliométrico da Produção Científica da Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância no Período de 2002 a 2012. **Novas Tecnologias na Educação**, CINTED, UFRGS, v. 11, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/44442/29154>>. Acesso em: fev. 2014.

NÚCLEO de propriedade intelectual. **Curso de introdução a propriedade intelectual**. 2004. Disponível em: <<http://www.nittec.ifsudestemg.edu.br/home/?q=reitoria/arquivos-0>>. Acesso em: jan. 2014.

OPENDOAR. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/index.html>>. Acesso em: jun. 2014.

OTSUKA, J. et al. **Livre Saber (LiSa)**: um repositório de conteúdos digitais multimídia abertos de cursos a distância. ESUD 2011, VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Ouro Preto, outubro de 2011, UNIREDE. Disponível em: <http://200.136.214.89/nit/refbase/arquivos/otsuka/2011/600_Otsuka_et al2011.pdf>. Acesso em: maio 2014.

PINFIELD, S. Self archiving publications. In: GORMAN, G. E.; ROWLAND, F. (ed.). **International yearbook of Library and Information Management 2004-2005**: scholarly publishing in an electronic era. London: Facet, 2004, p. 118-145. Disponível em: <<http://eprints.nottingham.ac.uk/142/>>. Acesso em: set. 2014.

PINHEIRO, P. P. **Manual de Propriedade Intelectual** (versão 2012-2013). UNESP, NEAD, 2013.

PINTO, R. de O. A função social da propriedade intelectual. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 63, abr 2009. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=6066>. Acesso em: abr. 2014.

REPOSITÓRIO Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: abr. 2014.

RIVED. Rede Interativa Virtual de Educação. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/site_objeto_lis.php>. Acesso em: set. 2014.

RODRIGUES, E. **Kit de Políticas Open Access**. Lisboa: Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, 2009. Disponível em: <http://arquivo.pt/wayback/wayback/20090925030930/http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=download&id=97&chk=bd1f0c6a2eb9cee93072c5e09bfca37d&no_html=1&lang=pt>. Acesso em: out. 2014.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. P. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

SÁNCHEZ-ALONSO, S. et al. Social models in open learning object repositories: A simulation approach for sustainable collections. **Simulation Modelling Practice and Theory**, v. 19, p. 110-120, 2011. Disponível em: <http://www.leo9r.com/pdf/Lezcano_SMPT.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

SARMENTO, F. et al. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento acesso livre. In: CONGRESSO MUNDIAL DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE E BIBLIOTECAS, 9., 2005, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4282>>. Acesso em: maio 2014

SCHLICKMANN, R.; ROCZANSKI, C. R. M.; AZEVEDO, P. **Experiências de educação superior a distância no mundo**. UFSC, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/61444/EXPERI%C3%8ANCIA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20A%20DIST%C3%82NCIA%20NO%20MUNDO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

SILVA, W. V. K. de M.; BERTONCELLO, L. Crescimento bibliográfico na EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2012. p. 410-420.

SILVEIRA, S. A. da. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOFTWARE livre. Disponível em: <<http://softwarelivre.org/portal/o-que-e>>. Acesso em: jan. 2014.

SORDI, N. A. D. **Os repositórios institucionais e as políticas de livre acesso ao conhecimento**. 2013. Disponível em: <<http://www.innovagestao.com.br/2013/01/os-repositorios-institucionais-e-as-politicas-de-livre-acesso-ao-conhecimento/>>. Acesso em: nov. 2014.

STALLMAN, R. FREE SOFTWARE FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.fsf.org>>. Acesso em: jun. 2013.

TAYLOR, J. Fifth generation distance education. **Higher education series**, n. 40, 2001.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: Encontro nacional de pesquisa em Ciência da informação, 8, 2007, Bahia, VIII ENANCIB. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5-142.pdf>. Acesso em: out. 2014.

UNESCO. **Aprendizagem aberta e à distância**: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais. Unesco, 1997.

UFSCar. Universidade Federal de São Carlos. Secretaria Geral de Educação a Distância (SeaD). **O 'jeito UFSCar' de fazer e concretizar a Educação a Distância**. 2. ed. SeAD, 2013.

UFSCar. Universidade Federal de São Carlos. Secretaria Geral de Educação a Distância (SeaD). Disponível em: <<http://www.sead.ufscar.br/cursos/especializacao>>. Acesso em: abr. 2014.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. In: _____ (Org.). **Métodos qualitativos em pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 119-134.

ZAWACKI-RICHTER, O.; BÄCKER, E. M.; VOGT, S. Review of distance education research (2000 to 2008): analysis áreas, methods, and authorship patterns. **International Review of Research in Open and Distance Learning**, v. 10, n. 6, p.21-50, 2009.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA DE CAMPO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Kamilla Vinha Carlos de Godoy, sou bibliotecária e aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: A política de acesso aberto aos conteúdos educacionais disponibilizados nos repositórios digitais no contexto da Educação a Distância.

Este questionário tem o propósito de identificar subsídios que contribuam para a elaboração de política de acesso aberto para repositórios digitais no contexto da Educação a Distância (EaD). Dessa forma, esse questionário permeia os seguintes assuntos: formas de acesso aos materiais; responsável pelo depósito dos materiais no repositório; arquivamento dos materiais no repositório; tipos dos materiais a serem depositados; direitos autorais; formas de garantia de qualidade dos materiais didáticos; atualização dos materiais didáticos; descarte e retirada dos materiais no repositório; e preservação dos materiais produzidos no âmbito da EaD da instituição.

Os objetos de aprendizagem disponibilizados nos repositórios das instituições com cursos de graduação a distância expandem os horizontes do ensino e da pesquisa para o aluno, trazendo maior variedade de opções para os professores em suas aulas, sem restrição de lugar e quantidade disponível. Com isso, deve-se deixar claro as políticas de acesso a esses materiais, assegurando a integridade dos mesmos, e protegendo os direitos dos autores, incentivando assim o depósito de conteúdos educacionais produzidos na instituição, e conseqüentemente sua utilização. Assim, essa pesquisa torna-se relevante por estudar a importância da disponibilização dos recursos educacionais abertos em repositórios institucionais, e evidenciar as questões envolvidas com a política de acesso aberto a estes conteúdos produzidos no contexto da EaD.

a) Você foi selecionado por fazer parte do conjunto dos profissionais responsáveis pelo repositório digital de materiais didáticos da educação a distância da Universidade estudada nesta pesquisa: Universidade Federal de São Carlos. E sua participação não é obrigatória;

b) Sua participação nesta pesquisa consistirá, primeiramente em responder a entrevista com perguntas abertas e fechadas, que permitirão verificar as principais

diretrizes para elaborar uma política de acesso aberto de repositórios digitais de objetos de aprendizagem para a EaD e que auxiliem às instituições no desenvolvimento de uma política de acesso aberto aos seus repositórios.

Por se tratar de uma pesquisa realizada na esfera educacional com abordagem quali-quantitativa, os principais desconfortos que podem surgir estão relacionados à aplicação do questionário, pois poderá, eventualmente, gerar constrangimento ao responder, uma vez que o pesquisado poderá não se sentir à vontade para expor os pontos fracos da instituição, bem como as dificuldades ao abordar aspectos profissionais de seu cotidiano. Contudo, as informações coletadas junto aos que livremente se dispuserem a participar da entrevista trarão elementos relevantes que auxiliem às instituições no desenvolvimento de uma política de acesso aberto aos seus repositórios no contexto da Educação a Distância.

a) Como forma de minimizar os possíveis constrangimentos gerados com a aplicação do questionário, as identidades dos participantes e da instituição serão mantidas em sigilo durante as fases da pesquisa, inclusive na redação da dissertação final.

Esta pesquisa realiza-se no âmbito de um programa de pós-graduação, no nível de mestrado, numa instituição de ensino pública. Portanto, será acompanhada, em todas as suas fases, por um professor orientador, com título de doutor em Física Computacional.

Você, assim como todos os demais participantes que se dispuserem a contribuir com os objetivos dessa pesquisa, acima explicitados, tem assegurado o direito de obter esclarecimentos, a qualquer tempo, acerca dos procedimentos metodológicos adotados, a forma de armazenamento das informações coletadas pelos instrumentos e o andamento da investigação. Para tanto, bastará entrar em contato com o pesquisador responsável.

Além disso, você, como sujeito da investigação proposta, possui total liberdade para recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem sofrer penalização ou prejuízo de nenhuma ordem. Desse modo, esclarece-se que:

a. A qualquer momento, você poderá desistir de participar dessa investigação e retirar seu consentimento;

b. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição na qual está inserida essa pesquisa de mestrado.

Conforme assinalado acima, o sigilo em relação à identidade do participante será mantido em todas as fases da investigação de modo a assegurar a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Assim, afirma-se o

compromisso de que:

a. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação;

b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Sendo assim, o pesquisador responsável compromete-se a proteger as informações coletadas, uma vez que o acesso a elas é restrito ao pesquisador e ao seu orientador na instituição proponente. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante e da instituição, não mencionando nomes na redação e divulgação dos resultados da pesquisa.

A participação nessa pesquisa não implicará em quaisquer despesas ou gastos por parte do participante. Contudo, caso eventuais despesas possam decorrer de sua participação, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável.

Em caso de eventuais danos que possam ocorrer em decorrência da participação na pesquisa, a indenização será garantida conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Atenciosamente,

Kamilla Vinha Carlos de Godoy

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DE POLÍTICA DE ACESSO ABERTO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

*Obrigatória.

1. Termo de consentimento livre e esclarecido:*

- Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar desse estudo;
- Não tenho interesse em participar dessa pesquisa.

2. O repositório digital vinculado à EaD da instituição possui política de acesso aberto?*

- Sim;
- Não;
- Em construção;
- Outro: _____

3. O documento da política de acesso aberto do repositório digital vinculado à EaD da instituição está disponibilizado para o público? Comente:*

4. Quanto à política de uso do repositório, o acesso é:*

- Totalmente aberto;
- Com restrição à algumas coleções e documentos;
- Com níveis e permissões para coleções e documentos;
- Outro: _____

5. Comente sua resposta da questão anterior:*

6. Sobre o envio dos objetos de aprendizagem no repositório, é: *

Marcar apenas uma alternativa.

- Totalmente realizado pelo autor ou seu representante, sem etapas de verificação antes da disponibilização final dos objetos de aprendizagem;

- Submetido pelo autor ou seu representante, passando por procedimentos de verificação pela unidade responsável pelo repositório antes da disponibilização final;
- O autor envia os objetos de aprendizagem para a biblioteca ou a unidade responsável pelo repositório para depositá-los, passando por procedimentos de verificação antes da disponibilização final pela unidade responsável pelo repositório;
- Outro: _____

7. Quem tem autorização para depositar os objetos de aprendizagem no repositório digital da instituição vinculado à EaD? *

Marque todas que se aplicam.

- Qualquer funcionário da unidade responsável pela EaD; Apenas docentes e pesquisadores vinculados à instituição; Apenas docentes e pesquisadores de qualquer instituição;
- Apenas docentes e pesquisadores de qualquer instituição;
- Apenas o coordenador responsável pelo repositório;
- Alunos de pós-graduação;
- Alunos de graduação;
- Pessoa designada por professor ou pesquisador para efetuar suas submissões;
- Outro: _____

8. Comente sobre o processo de depósito dos objetos de aprendizagem no repositório digital, com base nas respostas das questões 6 e 7: *

9. Devido ao repositório digital disponibilizar o conteúdo produzido na EaD da instituição, quais tipos de objetos de aprendizagem são depositados? *

Marque todas que se aplicam.

- Livros digitais;
- Vídeos;
- Áudios;
- Ilustrações;
- Webconferências;
- Textos;

Apresentações;

Outro: _____

10. O estabelecimento de comunidades e coleções no repositório é feito da seguinte forma: *

Marcar apenas uma alternativa.

Coleções pessoais, com base nos autores da instituição e suas comunidades;

Coleções temáticas, com base nas disciplinas e cursos ofertados pela instituição;

Conforme a estrutura da instituição, com base nos departamentos, faculdades, institutos, centros de pesquisa, etc.

Outro: _____

11. Quais os tipos de documentos depositados no repositório que necessitam de autorizações especiais por parte do autor: *

Marque todas que se aplicam.

Teses e dissertações;

Apostilas;

Materiais de apresentação;

Videoaulas;

Ilustrações;

Outro: _____

12. Comente sua resposta da questão anterior: *

13. Quanto aos aspectos legais dos documentos depositados, o repositório faz uso de licenças Creative Commons? Comente: *

14. Como os autores são consultados a autorizar a publicação de seu material no repositório: *

Marcar apenas uma alternativa.

- () A cada inclusão de um novo documento;
- () Há uma única consulta geral com cada autor, sendo que, se este autorizar, todo o material em seu nome será automaticamente publicado;
- () Não são consultados, pois é obrigatória a publicação de materiais produzidos para o curso;

Outro: _____

15. Com base na questão anterior, comente sobre o processo de autorização dos autores para publicação dos materiais no repositório, apontando as dificuldades enfrentadas pela instituição: *

16. Quanto às restrições de acesso aos materiais (embargo) devido aos direitos autorais, os procedimentos tomados são: *

Marcar apenas uma alternativa.

- () Os itens não podem ser depositados no repositório até o período de embargo expirar;
- () Os itens podem ser depositados a qualquer momento no repositório, mas não ficarão visíveis publicamente até que o período de embargo expire;

() Outro: _____

17. Quanto à política de direitos autorais do repositório: *

Marcar apenas uma alternativa.

- () Qualquer violação de direitos autorais é de total responsabilidade dos autores/depositantes;
- () Se o repositório contém algum material que sofra violação de direitos autorais, o item será removido imediatamente;

() Outro: _____

18. Sobre as questões de direitos autorais dos objetos de aprendizagem, comente sobre as dificuldades encontradas para depositá-los no repositório digital: *

19. Considerando as dificuldades apontadas nas questões 15 e 18, a instituição em que trabalha vem planejando ou tem desenvolvido alguma solução para ser implantada no repositório? Comente: *

20. Quanto ao controle de qualidade dos objetos de aprendizagem depositados no repositório:*

Marcar apenas uma alternativa.

- A validade e autenticidade do conteúdo de submissões são de exclusiva responsabilidade do depositante;
- É realizado por especialistas da área;
- Não é realizado;
- Outro: _____

21. Referente à preservação dos materiais, como o repositório vai garantir a sua leitura e seu acesso contínuo? *

Marque todas que se aplicam.

- Os itens deverão ser migrados para novos formatos de arquivo, quando necessário;
- Sempre que possível, as emulações de software serão fornecidas para acessar os formatos não migrados;
- Pode não ser possível garantir a legibilidade de alguns formatos de arquivo incomuns;
- Registro dos metadados;
- Outro: _____

22. Sobre a retirada dos materiais no repositório: *

Marcar apenas uma alternativa.

- Os itens não podem ser removidos do repositório;
- Os itens podem ser retirados a pedido do autor ou detentor do copyright;
- Outro: _____

23. O descarte dos materiais do repositório é feito da seguinte forma: *

Marcar apenas uma alternativa.

- Permanentemente, com o item excluído do sistema do repositório;

() Parcialmente, com o item ocultado para o público, sendo que somente o gerenciador do sistema do repositório tenha acesso;

() Outro: _____

24. Comente sobre o processo de descarte e retirada dos materiais do repositório digital, considerando suas respostas das questões 22 e 23: *

25. O repositório digital da sua instituição pode ser classificado como específico para a EaD. Sendo assim, você vê diferenças sobre a política de acesso aberto de um repositório digital que abrange vários setores da instituição com a política de acesso aberto de um repositório digital específico para EaD? Comente: *

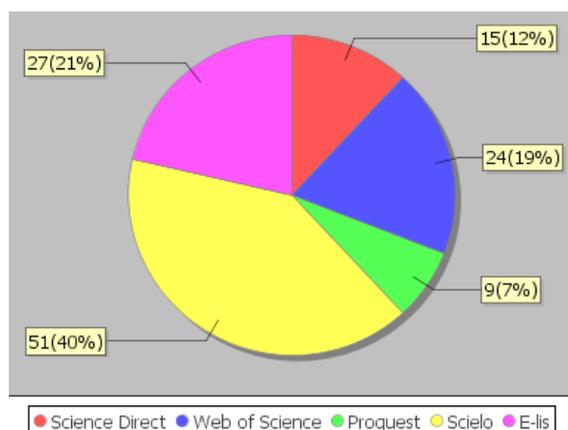
26. Quaisquer comentários sobre a temática desse questionário, por favor, escreva abaixo:

APÊNDICE C: DADOS ESTATÍSTICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

A revisão sistemática dessa pesquisa foi realizada para identificar estudos sobre a política de acesso aberto aos objetos de aprendizagem em repositórios digitais no contexto da EaD. Após sua realização, foi aplicada a análise de conteúdo nos documentos encontrados para identificar subsídios que auxiliem na elaboração de política de acesso aberto para repositórios na EaD.

Os documentos encontrados a partir da revisão sistemática, totalizaram em 126 documentos, que foram recuperados nas bases de dados pesquisadas, como Science Direct, Web of Science, Proquest (ERIC, LISA), Scielo e E-lis. Conforme a figura 1 a seguir, foram recuperados mais documentos da base de dados online Scielo com 40% da amostra, seguido da base de dados E-lis e Web of Science, com 21% e 19% da amostra, respectivamente.

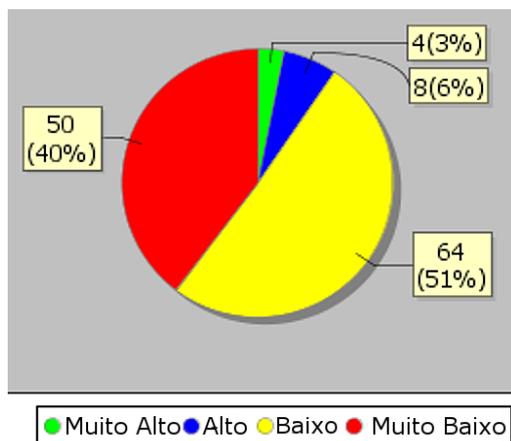
Figura 1 – Número de documentos recuperados por base de dados



Fonte: Autoria Própria

Para iniciar a leitura dos documentos, estes foram divididos por prioridade: muito baixa, baixa, alta e muito alta. Essa divisão foi feita a partir das palavras-chave escolhidas para a pesquisa. A quantidade dessas palavras-chave presentes no título, resumo e palavras-chave do documento caracterizou a sua prioridade de leitura, conforme mostra a figura 2:

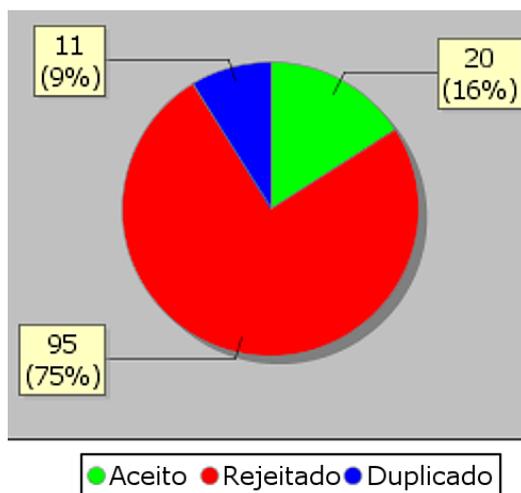
Figura 2 – Prioridade de Leitura dos documentos selecionados para a fase de seleção



Fonte: Autoria Própria

A partir da prioridade de leitura dos documentos, foram analisados os resumos dos textos com baixa, alta e muito alta prioridade para a fase de seleção. No total, foram recuperados 126 documentos nas buscas às bases de dados. Desses documentos, 9% estavam duplicados, ou seja, já tinham sido encontrados em mais de uma base de dados. Foram aceitos 16% dos documentos para a próxima fase, isto é, a de extração dos dados. Foram rejeitados 75% da amostra por não atender aos critérios de inclusão da pesquisa, como apresentar características de políticas de acesso aberto e apresentar repositório institucional no âmbito da EaD. Esses dados estão representados na figura 3, a seguir:

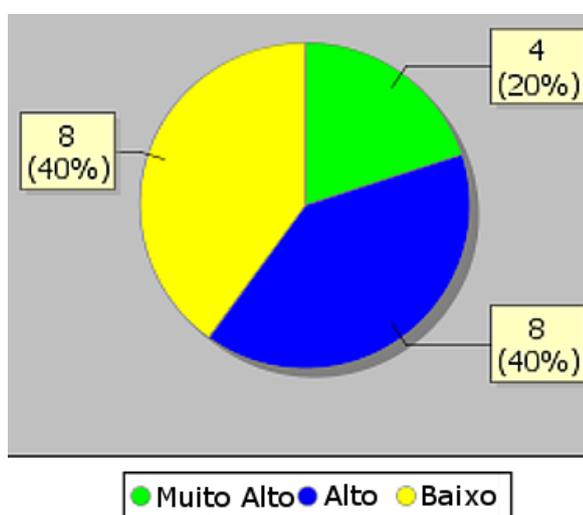
Figura 3 – Documentos analisados na fase de seleção



Fonte: Autoria Própria

A figura 4, a seguir, mostra a prioridade de leitura na íntegra dada aos documentos recuperados a partir dos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Esse nível de prioridade foi importante para a realização da fase de extração. Os documentos que foram considerados com baixa prioridade de leitura não abordavam repositórios institucionais no contexto da educação a distância, tema relevante para essa pesquisa, e portanto não foram analisados. Os documentos considerados com prioridade alta e muito alta apresentavam os critérios de inclusão, tais como características de políticas de acesso aberto em repositórios institucionais no contexto da EaD.

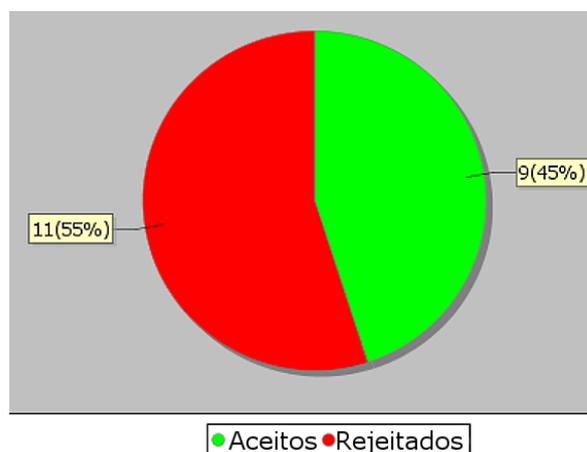
Figura 4 – Prioridade de Leitura dos documentos selecionados para a fase de extração



Fonte: Autoria Própria

Após a fase de seleção, na qual foram aceitos 20 documentos, foi feita a extração dos dados para verificar se os documentos tratavam do assunto pesquisado. Com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa nesses 20 documentos, foram aceitos 45% dos documentos e rejeitados 55%, conforme mostra a figura 5.

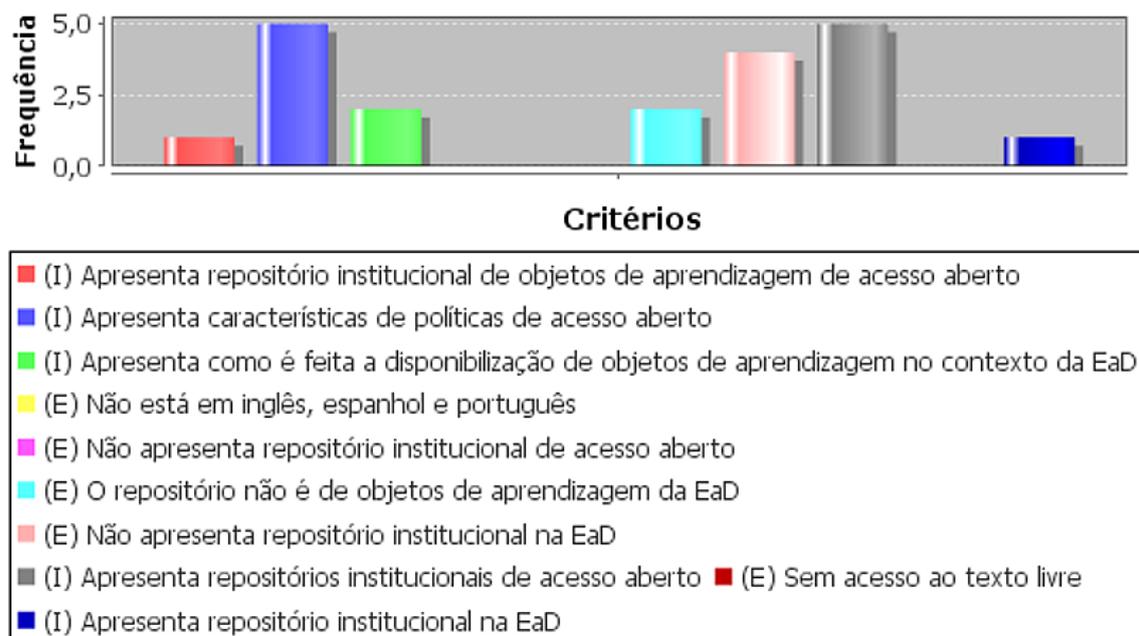
Figura 5 – Documentos analisados na fase de extração



Fonte: Autoria Própria

Para auxiliar na fase de extração foi elaborado um roteiro de pesquisa da revisão sistemática, que contém as seguintes questões: subsídios encontrados para elaboração da política de acesso aberto para repositório institucional para EaD; tipo de repositório analisado no documento; se esse repositório está inserido no contexto da EaD; e se o documento apresenta características de políticas de acesso aberto aos repositórios de objetos de aprendizagem na EaD. Esse roteiro foi aplicado nos documentos encontrados na fase de seleção. A maioria dos artigos aceitos na fase de extração apresentaram características de políticas de acesso aberto, como também relatavam sobre repositórios institucionais de acesso aberto, mas não necessariamente no contexto da EaD, como mostrado na figura 6, a seguir.

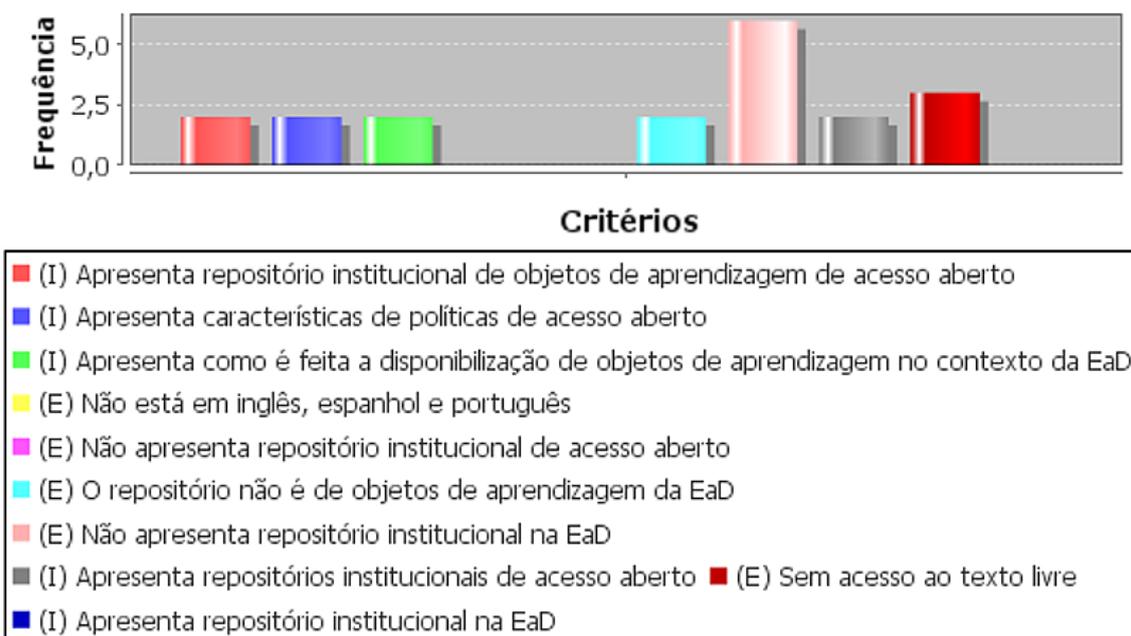
Figura 6 – Documentos aceitos na fase de extração



Fonte: Autoria Própria

A maioria dos artigos rejeitados apresentavam estudos relacionados com a elaboração de repositórios de teses e dissertações, como também de disponibilização de artigos científicos em periódicos, como mostrado na figura 7.

Figura 7 – Documentos rejeitados na fase de extração



Fonte: Autoria Própria

Os 20 documentos resultantes da fase de seleção da revisão sistemática, foram analisados na íntegra para identificação de subsídios que contribuam para a elaboração de política de acesso aberto para repositórios no contexto da EaD. Apenas 3 não foram analisados por não haver acesso livre ao texto completo. Dentre os documentos que abordam sobre repositório digital de objetos de aprendizagem, foram identificados 2, sendo que 1 deles foi aceito por estar no contexto da EaD. Os documentos que tratam de repositórios institucionais são 11 no total, sendo 6 deles aceitos por abordarem características de políticas de acesso aberto ou estarem no contexto da EaD. Apenas 2 artigos não abordavam sobre repositórios, tendo foco na disponibilização de artigos em periódicos científicos, sendo portanto excluídos da análise. Apenas 1 artigo abordou sobre repositório educacional aberto.

Dentre os 17 documentos analisados na fase de extração da revisão sistemática, apenas 3 tratam especificamente sobre as políticas de acesso de repositórios de objetos de aprendizagem. Os 14 artigos restantes não apresentam essas características, porém 7 foram aceitos por estarem inseridos no âmbito da EaD. Como um mesmo documento foi encontrado em bases de dados online diferentes, foi considerado apenas 1. Sendo assim, foram encontrados 9 documentos com subsídios de política de acesso aberto para repositórios digitais de objetos de aprendizagem.